

Não explicou e tentou mudar o assunto

R\$ 61 mi que Vorcaro

deu a Flávio pararam

em um paraíso fiscal

Reprodução redes sociais



Acidentes graves da Sabesp após sua privatização aumentam 573%, aponta a Arsesp

Dados da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), obtido pela TV Globo, revelam que as ocorrências envolvendo a Sabesp aumentaram 573% após a privatização. Os problemas incluem falta de água, danos ao meio ambiente e ao patrimônio, além de mortes provocadas por acidentes em obras da companhia, como a da explosão provocada na zona Oeste (foto). **Pág. 4**

HORA DO POVO

ANO XXXVI - Nº 4.050 27 de Maio a 2 de Junho de 2026



1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Assalto a servidor do RJ por Castro rendeu bilhões para esquema criminoso

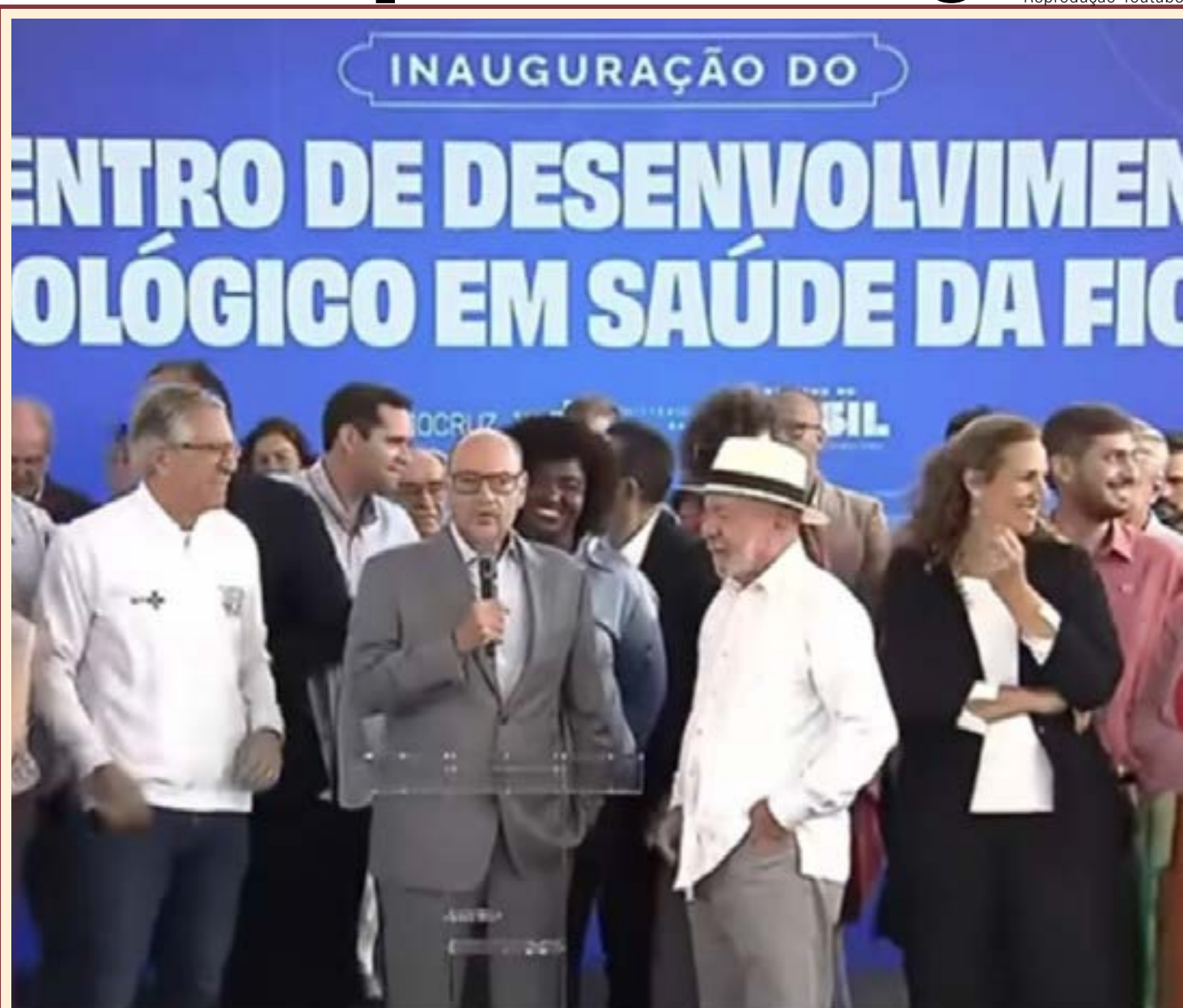
O caminho do dinheiro foi longo. Bolsonaroistas como o ex-governador Claudio Castro assaltaram os cofres públicos e abasteceram o Master, que por sua vez passou uma fração aos Bolsonaro. Os R\$ 61 milhões repassados por Daniel Vorcaro a pretexto de custear o filme de Jair Bolso-

naros foram parar num paraíso fiscal. O advogado de Eduardo Bolsonaro, Paulo Calixto, que administrava o fundo Havengate que recebeu o dinheiro, abriu uma empresa no paraíso fiscal de Delaware. Após mentir e ser desmentido seguidamente, o bolsonarinho tentou mudar de assunto posando com Trump. Virou motivo de piada. **P. 3**

Refit, lavadora de dinheiro do PCC, destinou 14 mi para Ciro Nogueira

Reprodução Youtube

A Refit, refinaria do Rio de Janeiro que é investigada pela Polícia Federal por lavar dinheiro para o PCC e o Comando Vermelho, destinou R\$ 14 milhões para uma empresa da família do senador bolsonarista, Ciro Nogueira, divulgou reportagem do Estadão. O senador, quecotado também recebia mesada de R\$ 500 mil do dono do Banco Master. **Página 3**



O presidente Lula inaugurou o centro ao lado do governador do Rio de Janeiro em exercício, Ricardo Couto

Lula inaugura no Rio o novo centro tecnológico da Fiocruz

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, no sábado (23), a nova sede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. A estrutura é voltada ao desenvolvimento de tecnologias, medicamentos, vacinas, diagnósticos e soluções inovadoras para o Sistema Único de Saúde (SUS). “O importante aqui é o gesto de inauguração de um centro tecnológico que dá ao Brasil a certeza de que a gente não é menor do que ninguém, de que a gente não é menos competitivo do que ninguém. Basta a gente ousar, ter co-

ragem e fazer. E fazer investimento em pesquisa é uma coisa que nem todo mundo gosta de fazer”, destacou o presidente. Estava presente o governador em exercício, Ricardo Couto. **Página 2**

China condena a política do ‘porrete’ estadunidense por indiciar Raúl Castro

China condenou a política de imperialismo que usa de sanções e indiciamentos para tentar subjugar países menores, dessa vez contra Cuba. Os chineses estão acusando os norte-americanos de abusarem de medidas judiciais contra a ilha caribenha indiciando o ex-presidente cubano, Raul Castro, de 95 anos. **Página 7**

Irã surpreende EUA com uma reconstrução militar rápida

O Irã está reconstruindo sua capacidade militar em um ritmo mais acelerado do que o previsto pelas avaliações da inteligência dos EUA, afirmou a CNN na quinta-feira (21), com base em diversas fontes familiarizadas com relatórios oficiais. As fontes relataram que o Irã já retomou parte da produção de drones. **Pág. 7**



SP: Gustavo e Orlando criticam Tarcísio e privatização da Sabesp

Em evento que reuniu lideranças nacionais de movimentos sociais e sindicais no sábado (23), ao lado do deputado federal Orlando Silva, o vereador de Campinas Gustavo Petta (PCdoB) lançou sua pré-candidatura a deputado estadual. **Pág. 2**

Centrais comemoram avanço para acabar a 6x1

Huck, Galípolo & Durigan: a tríplice aliança

“O processo eleitoral abre uma oportunidade às forças progressistas e que lutam pela retomada de um projeto de desenvolvimento brasileiro”

PAULO KLIASS*

O bilionário Luciano Huck não consegue esconder a sua condição de classe social, integrante do bloco dos privilegiados. Apesar de ter conseguido alcançar o patamar do topo da elite brasileira, ele traçou este caminho graças a seus contatos diretos estabelecidos com integrantes da grande maioria da população por meio de programas televisivos. Vira e mexe ele pratica seus exercícios de sinceridade, verbalizando sem nenhum tipo de autocensura aquilo que as classes dominantes de nosso País pensam a respeito das necessidades do povo e das funções que caberiam ao Estado a esse respeito. Por sua condição de elevada popularidade, graças a seus programas dominicais na maior rede de comunicações e de elevada audiência junto às camadas populares, seu nome sempre volta à baila quando se trata de buscar uma alternativa da chamada “terceira via” para a disputa presidencial. Assim foi em 2018 e 2022. Aguardemos as cenas das próximas pesquisas.

O Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, passou a ocupar papel de destaque na área econômica do terceiro mandato de Lula desde o início de 2023. Iniciou sua trajetória ascendente como secretário Executivo do Ministério da Fazenda e logo em seguida teve seu nome proposto por Haddad a Lula para integrar a diretoria do BC. Em janeiro de 2025, com a saída de Roberto Campos Neto, ele foi promovido a dirigente máximo do órgão. O economista já tinha passagem em empresas do sistema financeiro e não hesita em apresentar, a todo e qualquer instante, a receita básica do manual dogmático do neoliberalismo para lidar com o cotidiano da política econômica do governo. Sempre se declarou a favor de extrema austeridade na condução da política fiscal, prática essa que conduziu com rigor quando estava à frente da Fazenda. Quando se bandeou para o BC, aprofundou a política de arrocho monetário, promovendo ainda mais a elevação da SELIC em relação aos patamares já estratosféricos de seu antecessor.

Dario Durigan construiu grande parte de sua carreira profissional no setor público, mas em 2020 recebeu um convite para mudar de lado do balcão. Até às vésperas de ser convidado para integrar a equipe de Haddad no Ministério da Fazenda, ele ocupava uma posição de relevância no interior de uma das grandes empresas do mundo digital global, as assim chamadas “bigtechs”. Ele foi contratado pela Meta para ser um dos responsáveis do Whatsapp para o Brasil, em especial nas áreas de relações com o setor público. Assim, a exemplo do que ocorre com vários integrantes e ex-integrantes da alta tecnocracia, manteve a prática da porta giratória entre o setor público e o setor privado. Trata-se de dar continuidade e aprofundamento na nefasta onda de relações incestuosas estabelecidas entre as classes dominantes e o Estado.

HUCK E O ÓDIO DE CLASSE DAS ELITES

Esse trio representa de forma bastante expressiva a forma pela qual os interesses do capital se apoderam dos espaços de formulação e de implementação de políticas públicas em nosso País. A tríade composta pelos meios de comunicação, pelo capital financeiro e pelas grandes empresas de tecnologia digital estão na base da dominação do sistema econômico dos enormes conglomerados no mundo contemporâneo globalizado. Huck, Galípolo e Durigan representam, respectivamente, estes três universos de interesses vorazes pela maximização dos lucros e pela apropriação de fundos públicos de forma privada. Não por acaso, estavam eles frequentando as páginas da grande imprensa nos últimos dias, sempre defendendo a pauta de viés conservador para os principais problemas nacionais.

Continua no site: <https://horadopovo.com.br/huck-galipolo-durigan-a-triplice-alianca-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Gustavo Petta e Orlando criticam Tarcísio e privatização da Sabesp

Foto: Yuri Salvador/Divulgação



Petta e o deputado federal à reeleição Orlando Silva (PCdoB-SP)



Lideranças lotam a sede do Sindicato dos Metalúrgicos/SP em apoio a Petta



Presidente Lula no Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Fiocruz

Lula inaugura centro tecnológico da Fiocruz para melhor “qualidade da saúde do povo”

“O importante aqui é o gesto de inauguração de um centro tecnológico que dá ao Brasil a certeza de que a gente não é menor do que ninguém”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, neste sábado (23), a nova sede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

A estrutura é voltada ao desenvolvimento de tecnologias, medicamentos, vacinas, diagnósticos e soluções inovadoras para o Sistema Único de Saúde (SUS).

“O importante aqui é o gesto de inauguração de um centro tecnológico que dá ao Brasil a certeza de que a gente não é menor do que ninguém, de que a gente não é menos competitivo do que ninguém. Basta a gente usar, ter coragem e fazer. E fazer investimento em pesquisa é uma coisa que nem todo mundo gosta de fazer”, destacou o presidente.

A agenda também incluiu o lançamento do Centro de Desenvolvimento e Produção de Terapias CART da Fiocruz, iniciativa que permitirá ao Brasil avançar na produção nacional de terapias celulares voltadas ao tratamento de cânceres como leucemia, linfoma e mieloma.

Lula reforçou o compro-

misso do governo com o fortalecimento da saúde em benefício da sociedade, especialmente dos mais necessitados. “O SUS, como o Mais Especialistas, está dando uma lição neste país. Melhorar a qualidade da saúde precisa de dinheiro. Se não tem dinheiro, a gente vai atrás. A gente vai arrumar e fazer com que o povo mais humilde desse país tenha direito ao mesmo tratamento que tem o governador, o presidente da República. Não é possível que não seja assim”, disse.

As atividades encerram as celebrações pelos 125 anos da Fundação e reforçam a estratégia do Governo do Brasil de fortalecimento da ciência, da inovação e da soberania tecnológica em saúde.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ressaltou que a Fiocruz é a instituição que mais conhece e mais interage com o Brasil. “A Fiocruz tem estruturas em pelo menos 11 estados. E vai terminar esse governo com 13. Vamos até o Acre e o Amapá. Tem projetos de formação, qualificação profissional, interação com os territórios, em todos os estados brasileiros. A Fiocruz, hoje, não serve só ao Ministério da

Saúde mais. Ela apoia, com convênios e com projetos, 11 ministérios”, afirmou, citando estudos da Fundação sobre o Bolsa Família e segurança pública.

O presidente da Fiocruz, Mario Moreira, enfatizou o papel de ponta da instituição. “Nós somos pesquisa, somos ensino, vigilância, referência. A Fiocruz está envolvida no programa de vacinação, Aqui Tem Especialistas, Mais Médicos, Brasil Saudável, erradicação do câncer e interrupção da transmissão vertical do HIV. Nós estamos lá em cooperação com o Governo Federal”, declarou.

O coordenador-geral do CDTS/Fiocruz, Carlos Morel, expressou o orgulho de fazer parte da instituição. “Hoje, com a inauguração do CDTS, a gente tem mais orgulho ainda. Mas esse orgulho não é apenas por causa desse prédio moderno, não. É por causa do que ele representa para a ciência, para a saúde e para o Brasil”, disse.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/lula-inaugura-centro-tecnologico-da-fiocruz-para-a-melhor-qualidade-da-saude-do-povo-mais-humilde/>

Em meio a críticas ao projeto privatista e à militarização das escolas, Petta lançou sua pré-candidatura a deputado estadual

Em evento que reuniu lideranças nacionais de movimentos sociais e sindicais neste sábado (23), no Palácio Trabalhador, em São Paulo, o vereador de Campinas Gustavo Petta (PCdoB) lançou sua pré-candidatura a deputado estadual com duro discurso contra o governador Tarcísio de Freitas, a privatização da Sabesp e os retrocessos da extrema-direita, defendendo a eleição de representantes comprometidos com a classe trabalhadora.

O evento contou com a presença do deputado federal Orlando Silva (PCdoB), da presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) Bianca Borges, de Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Claudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal (Sinpeem), Claudia Rodrigues, presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM), José Faggian Sindicato dos trabalhadores em água, esgoto e meio ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), Alcides Amazonas, presidente municipal do PCdoB, entre outros.

Em seu discurso, Gustavo criticou os desmandos de Tarcísio de Freitas, Bolsonaro e os retrocessos que a extrema-direita realiza no país. O vereador, ovacionado pelo público, discursou sobre a importância de eleger novos representantes que condizem com as lutas da classe trabalhadora e com as mudanças necessárias no país.

“Nós vivemos em São Paulo e esse é o estado mais rico do país. Mas para onde está sendo conduzida essa riqueza? Infelizmente, há muito tempo a elite desse estado, dessa cidade conduzem essa riqueza para ampliar as desigualdades, para precarizar os direitos dos trabalhadores, para aumentar essa abissal diferença que existe. E essa elite hoje dirigida pelo governador Tarcísio de Freitas da extrema direita, tem aprofundado as desigualdades, porque eles transformam tudo que é direito em mercadoria”, disse o pré-candidato.

“Eles transformam a educação em mercadoria, eles têm terceirizado tudo, eles estão tirando a ideia da educação como direito de todas as pessoas. Veja o que está acontecendo nas universidades paulistas e nas nossas escolas estaduais, o governador retirou por ano R\$ 9 bilhões da educação quando

ele alterou a Constituição de São Paulo, quando reduziu de 30 para 25% dos investimentos mínimos na educação. Eles transformam tudo em mercadoria, até os nossos parques e a transformar em mercadoria, eles excluem boa parte da população do acesso a esses direitos. Então é esse o governador que tem aprofundado as desigualdades e as injustiças”, ressaltou o vereador.

SABESP

“Podemos dizer também que a privatização da Sabesp é o maior exemplo disso. Uma empresa pública que tinha lucro, que era reinvestida para melhorar o acesso à água e ao saneamento foi privatizada. E hoje o serviço piorou. E por isso desse monte de número de acidentes que estão acontecendo, porque são empresas terceirizadas, sem condição de fornecer um trabalho adequado para uma complexidade que exige, está tendo mais acidente, o serviço piorou e a água aumentou na conta das pessoas. E aonde que fecha a torneira? Fecha a torneira nos Jardins? Difícil mesmo vai fechar. No caso, vai fechar a torneira no Capão Redondo, em Parelheiros, na periferia da cidade”, continuou.

“Nós precisamos olhar isso e é por isso que nós precisamos se organizar para essa eleição e derrotar esse governo que está aí. O governo que militarizou também as escolas, que privatizou a gestão das escolas, que está transformando o ambiente de São Paulo num ambiente hostil e violento contra as mulheres, não é à toa que boa parte dos feminicídios e dessa epidemia de feminicídio que acontece no nosso país, acontece no estado de São Paulo, em que o governo cortou praticamente todos os recursos para a prevenção em relação às políticas de combate à violência em relação às mulheres. Se faz necessário eleger deputados com compromisso de luta e mudança no estado e no país. E por isso que a eleição estadual na Assembleia Legislativa é tão importante. A Alesp não pode ser um cartório para passar a boiada do governador, não pode ser um espaço em que eles aceitam tudo. É preciso a mudança e nós temos muito trabalho pela frente”, afirmou Petta.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/gustavo-e-orlando-criticam-tarcisio-e-privatizacao-da-sabesp-no-lancamento-das-pre-candidaturas/>

Mercadante defende presença forte do Estado na economia

“O desenvolvimento exige planejamento, investimento público e instituições fortes”, diz presidente do BNDES

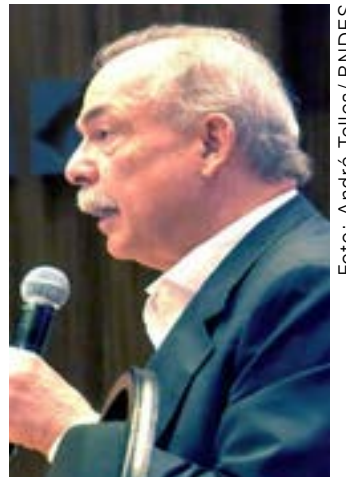
O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, em aula magna proferida nesta quinta-feira, 21, no Rio de Janeiro, destacou os desafios contemporâneos do desenvolvimento, o papel estratégico do Estado e as oportunidades que se abrem para a América Latina.

Mercadante contestou a política de “Estado mínimo” e citou o avanço de economias asiáticas, especialmente a China, como exemplo de modelos que combinaram planejamento estatal, inovação e dinamismo de mercado. “O desenvolvimento exige planejamento, investimento público e instituições fortes”, defendeu o presidente do banco estatal.

“O mercado, sozinho, não resolve desafios estruturais, especialmente em países de industrialização tardia como os da América Latina”.

O presidente do BNDES defendeu que “os servidores públicos são essenciais para a qualidade dos serviços e para qualquer projeto de desenvolvimento”. “Precisamos formar quadros preparados para pensar o Estado e agir com soluções concretas”, completou.

A aula magna abriu a



Aloizio Mercadante, presidente do BNDES

programação do quarto dia da segunda edição da Escola de Governo e Desenvolvimento Maria da Conceição Tavares. O evento se encerra nesta sexta-feira, 21.

Para Mercadante, a criação da Escola responde à necessidade de fortalecer a cooperação entre países latino-americanos e ampliar a capacidade de formulação de políticas públicas. Para ele, é fundamental construir uma rede duradoura entre gestores públicos, voltada ao compartilhamento de experiências e à integração regional.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/mercadante-defende-presenca-do-estado-forte-na-economia/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBICS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ricardo Stuckert/PR

Presidente Lula diz que fascistas trocaram Lei Rouanet pela "Lei de Vorcaro"

O presidente Lula ironizou, na quinta-feira (21), na abertura da oficial da 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura, em Aracruz (ES), o pedido de dinheiro de Flávio Bolsonaro ao dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, para fazer o filme sobre o pai. O banqueiro está preso depois de dar golpes no mercado que provocaram um rombo de mais de R\$ 50 bilhões.

"Vocês que são da área cultural, sabem quantas ofensas artistas, mulheres e homens, receberam porque iam buscar um 'dinheirinho' na Lei Rouanet." Muitas vezes, observou Lula, "mesmo com autorização do Ministério da Cultura os artistas não conseguiram os recursos no governo passado".

"Todo mundo era muito criticado, achincalhado. A cultura como um todo. A verdade não falha. Nunca fomos atrás da Lei Daniel Vorcaro para financiar nenhum artista brasileiro", disse Lula.

"E ainda vai aparecer muito mais coisa. Porque nós estamos convencidos de que o período da mentira, das ofensas, da violência, da incivilidade precisa acabar no nosso país", acrescentou o presidente.

Lula afirmou ainda que governos passados não deram importância à cultura porque ela "move milhões de neurônios na nossa cabeça". "E por isso que muita gente nunca gostou de cultura. Determinadas pessoas que governaram esse país não querem saber de investimento em cultura, não querem ir em teatro, em cinema", disse. "Lamentavelmente, a cultura política do país é assim", disse o presidente.

Novamente sem citar diretamente o nome de Flávio Bolsonaro, questionou: "Quem imaginava que aquele menino que parecia ser a pessoa mais santa da família Bolsonaro tivesse pegando 159 milhões de dólares pra fazer um filme do pai? Ninguém imaginava. E isso é apenas o que a gente sabe agora", afirmou Lula.

Segundo documentos e mensagens revelados pelo site Intercept Brasil, Vorcaro se comprometeu na verdade, em novembro de 2025, a enviar US\$ 24 milhões (R\$ 134 milhões à época) para financiar a produção do filme "Dark Horse", traduzido no Brasil como "pangaré". Desse valor, cerca de US\$ 10,6 milhões (R\$ 61 milhões, também considerando a cotação no período da transferência) já tinham sido pagos entre fevereiro e maio do ano passado.

R\$ 61 mi de Vorcaro para Flávio foram parar em um paraíso fiscal

Reprodução/Roque de Sá/Agência Senado



Delaware, paraíso fiscal dos EUA, onde a grana do Master para o filme foi parar Refit, a lavadora de dinheiro do PCC, deu R\$ 14 milhões para Ciro Nogueira

A Refit, refinaria do Rio de Janeiro que é investigada pela Polícia Federal por lavar dinheiro para o PCC e o Comando Vermelho, destinou R\$ 14 milhões para uma empresa da família do senador bolsonarista, Ciro Nogueira. O senador também recebia mesada de R\$ 500 mil do dono do Banco Master.

Reportagem do Estadão revelou que o pagamento foi verificado no âmbito da investigação da Polícia Federal sobre um esquema de

sonação e corrupção do conglomerado do setor de combustíveis controlado por Ricardo Magro, que se encontra foragido nos Estados Unidos.

Na semana passada, a Operação Sem Refino, da Polícia Federal mirou o ex-governador do Rio Cláudio Castro (PL) e expediu mandado de prisão contra Ricardo Magro, que está foragido. O nome dele foi incluído na lista de foragidos da Interpol.

O senador confirmou o pagamento mas nega

irregularidades no repasse de R\$ 14,2 milhões de um dos fundos ligados ao grupo Refit para sua família.

Em nota, o parlamentar diz que a transação é referente à venda de um terreno de 40 hectares com o propósito de construir uma distribuidora de combustíveis. Na nota, a assessoria ainda afirma que a empresa da família do senador atua no segmento imobiliário, e que, na época do negócio, a participação de Ciro era inferior a 1%.

PF faz buscas contra Cláudio Castro: desvio foi de R\$ 3 bilhões do Rioprevidência para o Master

O ex-governador bolsonarista Cláudio Castro (PL) foi alvo, na terça-feira (26), da 8ª fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), que investiga crimes financeiros praticados pelo banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

A PF descobriu que não foram apenas R\$ 970 milhões desviados do Rioprevidência, fundo que gere os benefícios de 235 mil aposentados e pensionistas do estado, mas sim R\$ 3 bilhões, que foram transferidos para o conglomerado do Banco Master em diferentes ocasiões.

Os investigadores informaram que a fase desta terça-feira (26) mira em outras aplicações, de R\$ 2,01 bilhões, a partir de julho de 2024, em fundos de investimentos do mesmo banco, "totalizando cerca de R\$ 3 bilhões transferidos do Rioprevidência". A PF cumpriu 10 mandados de busca e apreensão no RJ e no DF, expedidos pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Brasil cobra de Israel explicações dos maus-tratos contra ativistas da flotilha

O governo brasileiro fez cobranças a Israel após a divulgação de vídeo em que ativistas da Flotilha Global Sumud aparecem ajoelhados, com as mãos amarradas e a cabeça forçada contra o chão, enquanto são submetidos ao hino israelense sob zombaria do ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir.

Diante da repercussão internacional das imagens, o Ministério das Relações Exteriores convocou, na quinta-feira (21), a encaregada de negócios da Embaixada de Isra-

el em Brasília, Rasha Athamni, para prestar esclarecimentos formais sobre o episódio.

A diplomata foi recebida no Palácio do Itamaraty pelo diretor do Departamento de Oriente Médio, embaixador Clélio Crippa. O posto de embaixador israelense no Brasil permanece vago desde o fim da missão de Daniel Zonshine, em meio ao aprofundamento da crise diplomática entre ambos os países.

O vídeo divulgado por Ben-Gvir mostra ativistas imobilizados no chão enquanto o

foi feita mesmo após alertas do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), que chegou a proibir novos aportes do Rioprevidência no banco. De acordo com o TCE-RJ, o Rioprevidência utilizava os recursos arrecadados por meio de descontos em folha para realizar aplicações no Master.

Esta é a segunda vez, em menos de 15 dias, que a PF bate na porta do bolsonarista Cláudio Castro. Em 15 de maio, agentes cumpriram na casa dele um mandado de busca na Operação Sem Refino, contra fraudes fiscais na Refit, a antiga Refinaria de Manguinhos. O dono da Refit deve mais de R\$ 8 bilhões e está foragido nos EUA. A Refit é investigada por suspeita de lavagem de dinheiro para o PCC.

Ambas as operações ocorreram após a saída de Castro do governo do Rio. Ele renunciou ao cargo em março, antes da conclusão do julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que resultou em sua inelegibilidade por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022.

Valdemar Costa Neto complicou ainda mais a situação de Flávio. Ele acabou abrindo o jogo todo: "era para buscar mais dinheiro mesmo". O chefe do PL ainda disse que isso foi "coisa normal". "Foi visitar depois para ver se conseguia o restante do dinheiro. [Vorcaro] estava sendo investigado, não foi condenado a nada", afirmou Valdemar, em entrevista ao Estúdio 1, na segunda-feira (25).

Flávio tinha escondido sua trama financeira de todo mundo. Tanto a primeira conversa que aparece no áudio, como a visita a Vorcaro depois que ele saiu da cadeia eram segredo absoluto. Era o esquema financeiro da família. Tudo bancado por Vorcaro. O Intercept descobriu tudo. Flávio mentia dizendo a todos que nunca tinha conversado com o dono do Master e que

O mesmo operador do fundo Havengate, Paulo Calixto, que recebeu os R\$ 61 milhões pedidos por Flávio, abriu uma empresa em Delaware, conhecido paraíso fiscal americano

Os R\$ 61 milhões repassados por Daniel Vorcaro para custear o filme de Jair Bolsonaro, foram parar num paraíso fiscal. O advogado de Eduardo Bolsonaro, Paulo Calixto, que administrava o fundo Havengate que recebeu o dinheiro, abriu uma empresa no paraíso fiscal de Delaware.

O estado americano é conhecido como um paraíso fiscal, que permite omitir a divulgação de sócios e de informações financeiras. Calixto e um outro operador financeiro de Eduardo, o corretor Altieris Santana, abriram em fevereiro a empresa MCC-4 Equity Fund GP LLC no paraíso fiscal de Delaware. As informações são do jornal Folha de S. Paulo.

E importante lembrar, conforme revelou o site Intercept Brasil, que os dois são controladores do fundo que recebeu o dinheiro de Daniel Vorcaro para o filme sobre Jair Bolsonaro. A reportagem destaca que a abertura da empresa em Delaware é estranha porque os negócios que Calixto e Altieris Santana mantêm nos EUA, estão no Texas e na Flórida. O fundo Havengate e outros dois fundos geridos pelos dois estão no estado do Texas.

O repasse ocorreu entre fevereiro e maio do ano passado, conforme foi revelado pelos áudios que flagraram Flávio Bolsonaro (PL) pedindo pessoalmente os pagamentos a Vorcaro. Flávio, que jurava não conhecer o dono do Master, aparece nos diálogos pedindo o dinheiro e chamando o banqueiro que deu um golpe bilionário no país de "irmão" e afirmando que eles estarão sempre juntos.

A Polícia Federal investiga se parte do dinheiro que Daniel Vorcaro teria destinado ao filme sobre Bolsonaro foi desviado para bancar o trabalho de conspiração contra o Brasil feito por Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos. O ex-deputado é réu por sua atuação conspirativa no exterior. Ele abandonou o mandato de deputado federal por São Paulo e foi morar nos EUA.

Corrupção escancarada: "Flávio foi mesmo buscar dinheiro com Vorcaro", diz Valdemar

A corrupção e a bandeira envolvendo a família Bolsonaro estão tão escancaradas que até o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, admitiu que o senador Flávio Bolsonaro visitou o banqueiro Daniel Vorcaro após a prisão domiciliar do dono do Master para tentar pegar mais dinheiro.

A versão do senador era outra. Disse que tinha ido colocar um ponto final em tudo. Ele já havia sido flagrado num áudio pedindo dinheiro ao banqueiro ladrão. Depois apareceu a ida até São Paulo, na casa de Vorcaro, que o recebeu de tornozeleira eletrônica, para, segundo Valdemar, pegar mais dinheiro. Flávio tinha ido se encontrar com o banqueiro para provavelmente também tentar apagar os rastros que ele havia deixado.

Valdemar Costa Neto explicou ainda mais a situação de Flávio. Ele acabou abrindo o jogo todo: "era para buscar mais dinheiro mesmo". O chefe do PL ainda disse que isso foi "coisa normal". "Foi visitar depois para ver se conseguia o restante do dinheiro. [Vorcaro] estava sendo investigado, não foi condenado a nada", afirmou Valdemar, em entrevista ao Estúdio 1, na segunda-feira (25).

Flávio tinha escondido sua trama financeira de todo mundo. Tanto a primeira conversa que aparece no áudio, como a visita a Vorcaro depois que ele saiu da cadeia eram segredo absoluto. Era o esquema financeiro da família. Tudo bancado por Vorcaro. O Intercept descobriu tudo. Flávio mentia dizendo a todos que nunca tinha conversado com o dono do Master e que

presas é bastante suspeito. A empresa MCC-4 Equity Fund GP LLC, aberta em Delaware, controla uma outra, também administrada pela dupla Calixto e Altieris, no Texas. Trata-se da MCC-4 Equity Fund LP. As duas são quase homônimas e possuem o termo "fundo" no nome, o que indica que o ramo do negócio é receber dinheiro. Não há mais informações sobre outros possíveis sócios e o propósito das empresas nos registros.

A Folha revela que a relação dos dois com as empresas foi constatada pelo jornal em razão da abertura da unidade do Texas, estado que, ao contrário de Delaware, obriga a divulgação do nome de responsáveis e de relatórios anuais. O documento de registro diz que a empresa em Delaware, a MCC-4 Equity Fund LP, é gerenciada por Altieris Santana. Outros eventuais sócios não são citados.

Por meio do registro no Texas, o jornal também constatou que, no estado, ambas têm como referência o mesmo endereço: o escritório de Paulo Calixto, em Dallas, no Texas. Trata-se também do endereço de registro do Havengate e de outras empresas, do advogado representante. O escritório lida com casos de imigração, consultoria e direito societário.

O endereço é diferente do registrado na documentação de Delaware, onde a companhia está registrada em Dover, capital do estado, e tem como representante a empresa A Registered Agent, que destaca "fornecer o máximo de proteção à privacidade pessoal permitido por lei".

As investigações sobre o destino do dinheiro transferido à família Bolsonaro nos EUA, que seria para financiar o filme sobre Jair Bolsonaro, prosseguem. Eduardo ameaçou na semana passada um repórter do Intercept que tentou entrevistá-lo no Texas. Ele chamou a polícia e, em tom de ameaça, avisou nas redes que no Texas, onde ele mora, as pessoas têm armas em casa. A Folha relata que tentou contato com os três mas não obteve respostas.

o escândalo do banco era do governo Lula.

O escândalo desmascarou tudo. Valdemar apenas reafirmou o que o Brasil já sabe: que o bolsonarismo é puro banditismo e, para confirmar que são todos bandidos, Valdemar disse que não viu nada de errado, que tudo isso é normal. "Nós não temos dúvida de que foi uma barbárie de que o Vorcaro fez no país, mas isso é normal. O que o Flávio fez é a coisa mais natural do mundo", afirmou.

As mentiras de Flávio pegaram todos os seus aliados de surpresa. Até Valdemar Costa Neto afirmou que também ficou sabendo da relação e da conversa entre Flávio e Vorcaro pela primeira vez pela imprensa. "Pela imprensa. Nunca soube; ele nunca falou sobre isso. No dia em que estourou, nós fizemos uma reunião para ver como é que ele ia responder, e aí ele [Flávio Bolsonaro] disse que teve [a reunião] porque tinha necessidade de arrecadar dinheiro para o filme do pai", disse.

Desmoralizado e em queda vertiginosa nas pesquisas, depois da divulgação do áudio, Flávio tenta virar a página procurando lançar outros temas para discussão, mas não consegue. Valdemar Costa Neto tinha falado em 15 dias de prazo para ver como ficavam as coisas e se manteria a candidatura, mas disse na entrevista que "Flávio Bolsonaro é nosso candidato para valer".

Hoje (25), a Folha revelou que o dinheiro que o dono do Master repassou para a família Bolsonaro foi parar num paraíso fiscal nos EUA.

STF aprova fim da mamata de premiar juiz criminoso com aposentadoria remunerada

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada na terça-feira (26), resolveu colocar ordem na casa ao anular deliberação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela qual foi mantida a pena de aposentadoria compulsória a um juiz estadual do Rio de Janeiro.

Os ministros acompanharam o voto do relator, Flávio Dino, na Ação Ordinária (AO) 2870, por entenderem que a suposta sanção aplicada ao magistrado foi extinta pela Emenda Constitucional (EC) 103/2019, relativa à reforma previdenciária. Além disso, o colegiado considerou que a tramitação no CNJ violou o chamado devido processo legal.

Com a decisão da Suprema Corte, o CNJ fica obrigado a reanalisar o processo disciplinar e, havendo entendimento, com base em provas, de que o juiz cometeu infrações graves, a penalidade pode ser a de perda do cargo, com o envio do caso à Advocacia-Geral da União (AGU) para apresentação da ação judicial cabível perante o Supremo.

Também foi determinado que sejam computados os votos dos membros que participaram do julgamento, mas deixaram de integrar o

Conselho.

A 1ª Turma do STF analisou um recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR), que sustentava que a supressão da aposentadoria compulsória da Constituição Federal pela EC 103/2019 não implica sua exclusão do ordenamento jurídico.

Em sua argumentação, a PGR assinalou que a "Constituição não contempla as sanções disciplinares previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), mas, nem por isso, elas podem ser consideradas como incompatíveis ou revogadas".

Por sua vez, em seu voto, o ministro-relator da matéria, Flávio Dino, observou que houve vícios procedimentais na tramitação do processo no CNJ que violaram o princípio do devido processo legal. Ele destacou sucessivos pedidos de vista, pedidos de destaque e a desconsideração de votos anteriores proferidos por conselheiros em sessões virtuais.

Dino ressaltou, ainda, que a aposentadoria compulsória punitiva, além de não estar mais prevista na Constituição, transfere um ônus individual (a responsabilidade por um ato ilícito) para toda a sociedade.

Total de ocorrências graves da Sabesp aumentou 573% após privatização

Dados da agência Arsesp mostram a disparada de casos como falta d'água, danos ambientais e mortes em obras após a privatização de Tarcísio

Dados da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), obtido pelo SP1, da TV Globo, revelam que as ocorrências envolvendo a Sabesp aumentaram 573% após a privatização. Os problemas incluem falta de água, danos ao meio ambiente e ao patrimônio, além de mortes provocadas por acidentes em obras da companhia.

O levantamento aponta que entre 2020 e 2024, o número de incidentes caiu de 499 para 107. O quadro se inverteu após a venda da estatal: em 2025, primeiro ano sob controle privado, as ocorrências saltaram para 721. Em 2026, nos primeiros meses do ano, a agência já contabiliza outros 502 casos.

A privatização da Sabesp foi concluída em julho de 2024 pelo governador Tarcísio de Freitas. O governo estadual vendeu 32% das ações da empresa por R\$ 14 bilhões e reduziu a participação do Estado de 50% para 18%, transferindo ao setor privado o comando da maior companhia de saneamento da América Latina.

Desde então, o aumento das ocorrências coincide com uma sequência de acidentes graves envolvendo mortes e falhas em obras da Sabesp. Um dos casos mais graves aconteceu no Jaguaré, Zona Oeste da capital paulista, no início do mês. Uma obra da companhia, supervisionada pela Comgás, provocou uma explosão que matou duas pessoas, destruiu imóveis e levou à interdição de 66 casas pela Defesa Civil.

Os problemas relacionados às obras da empresa também atingem moradores de Perus, na Zona Norte da capital. A reportagem mostrou que intervenções na rede de esgoto deixaram casas rachadas e parcialmente interditadas pela Defesa Civil, ampliando o clima de insegurança entre as famílias da região.

Além disso, há relatos de pisos quebrados, paredes abertas e lajes se separando. Em uma das residências, a rachadura já permite a entrada da luz do sol pelo interior da casa. Famílias relatam medo constante de desabamento e insegurança diante da situação.

Nove imóveis foram parcialmente interditados no bairro. Os moradores foram transferidos para hotéis pagos pela Sabesp e só podem entrar nas casas para retirar pertences ou cuidar dos animais de estimação.

Críticos da privatização afirmam que o aumento das terceirizações na companhia, a redução do quadro técnico e a política de corte de custos sob gestão privada ajudam a explicar o avanço dos problemas operacionais. Segundo especialistas da área, a substituição de equipes próprias por serviços terceirizados provocou precarização das operações e perda de trabalhadores experientes em setores estratégicos da companhia.

Privatização da Sabesp por Tarcísio criou a "Enel da água", diz Haddad

O pré-candidato ao governo de São Paulo pelo PT e ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou o processo de privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) conduzido pela gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ele afirmou que pretende rever cláusulas do contrato de concessão firmado com municípios paulistas caso seja eleito em 2026.

As declarações foram feitas nesta quinta-feira (21), após um evento promovido pelo centro acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo, em Osasco, na Grande São Paulo. Em conversa com jornalistas, Haddad classificou como "lambança" a condução da venda da companhia.

Ele comparou o caso da Sabesp à Enel, empresa de energia elétrica que atua na região metropolitana, e disse que Tarcísio criou a "Enel da água". A Sabesp foi privatizada em julho de 2024, após o Estado vender 32% de sua participação na empresa por R\$ 14,8 bilhões. Antes da operação, o governo paulista detinha 50,3% das ações da companhia.

O pré-candidato destacou que a Sabesp supera a Enel em número de reclamações registradas no Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) por mau atendimento e defendeu que "não podemos admitir isso". Segundo Haddad, "esse problema tem a ver com o contrato que foi assinado". E acrescentou: "Eu vou ter que averiguar as cláusulas protéticas dos consumidores,

"A empresa tomou uma medida que o mercado financeiro adorou: mandou embora quase metade da força de trabalho. Dos 12.300 funcionários que existiam em dezembro de 2022, cerca de 5.900 foram demitidos. E não foram demissões aleatórias. Saíram justamente os trabalhadores mais experientes, mais qualificados e com maior tempo de casa", denuncia Amauri Pollachi, coordenador do ONDAS (Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento). "Hoje, a Sabesp não tem mais equipes de rua com mão de obra própria. É só terceirizado", continua Amauri.

Em nota ao SP1, a Sabesp afirmou que os incidentes envolvem diferentes tipos de ocorrências relacionadas à "complexidade da operação". A empresa alegou ainda que parte dos casos está associada a fatores externos, como eventos climáticos, interferências urbanas e danos causados por terceiros.

A companhia também declarou que o crescimento dos registros a partir de 2025 ocorreu devido ao aprimoramento dos processos de fiscalização e à adoção de critérios "mais precisos" para contabilização das ocorrências.

Pollachi contesta a justificativa. "Ora, se eu tenho mais obras, deveria ter um processo de fiscalização, acompanhamento e especificação muito mais rigoroso. Houve afrouxamento da fiscalização", aponta. Segundo o engenheiro, o contrato assinado durante a privatização alterou e enfraqueceu os mecanismos de controle sobre as operações da companhia.

"Hoje, pelo contrato firmado após a privatização, a verificação das obras da Sabesp é feita por uma empresa contratada pela própria Sabesp, chamada de "agente verificador". Essa empresa entrega relatórios à agência reguladora, e a agência praticamente apenas carimba esses documentos. Ela deixou de ter força real de inspeção e fiscalização. Atua apenas de maneira reativa, quando já existe uma crise instalada", explica.

A avaliação do especialista é reforçada pelo presidente do sindicato que representa os trabalhadores do saneamento no Estado. "A ausência de fiscalização efetiva sobre os contratos e sobre as condições impostas pelas empreiteiras aprofunda a precarização e coloca vidas em risco", diz José Faggian.

O Sintaema se reuniu recentemente com auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para denunciar irregularidades identificadas em unidades da Sabesp. Segundo o sindicato, as denúncias envolvem acidentes graves, precarização das condições de trabalho, violações trabalhistas, assédio moral e falta de transparência na gestão da terceirização.

porque as pessoas estão se sentindo desamparadas com essa lambança que foi feita".

Dados da Arsesp revelam que as ocorrências envolvendo a empresa aumentaram 573% após a privatização. O levantamento aponta que entre 2020 e 2024, o número de incidentes caiu de 499 para 107. "Esse drama que está sendo vivido pelas famílias vai precisar ser enfrentado. [...] Não queremos que a Sabesp venha a ser a Enel da água", disse o pré-candidato.

Durante as articulações para transferir a estatal à iniciativa privada, o Partido dos Trabalhadores sustentou que a legislação que permitiu a privatização, assim como diferentes medidas adotadas ao longo do processo, contrariavam princípios constitucionais como isonomia, eficiência e moralidade administrativa.

"Ao não divulgar o valor mínimo e aceitar o preço ofertado afirmando como superior a esse mínimo, o governo estadual favoreceu inequivocamente o único competidor na disputa para ser acionista de referência e comandar a gestão da Sabesp", apontou o partido à época.

Fernando Haddad também voltou a mencionar o escândalo envolvendo o Banco Master e a relação da instituição com o bolsonarismo. Segundo o pré-candidato, a Polícia Federal recebeu do presidente Lula "liberdade total" para conduzir as investigações. Haddad afirmou ainda que "existe um núcleo duro no sistema Master com o Bolsonaro" e que essa relação estaria evidente.



Explosão causada por obra da Sabesp no bairro do Jaguaré matou 2 pessoas

Traficante do Comando Vermelho pedia reuniões e nomeações a aliados de Flávio Bolsonaro no Rio

Mensagens interceptadas pela Polícia Federal revelam diálogos entre o traficante do Comando Vermelho Gabriel Dias de Oliveira, conhecido como Índio do Lixão, e aliados do ex-secretário estadual de Defesa do Consumidor Gutemberg Fonseca, hoje pré-candidato do PL à Câmara dos Deputados. As conversas, registradas entre maio e agosto de 2025, indicam pedidos de favores, articulações políticas e tentativas de nomeações envolvendo integrantes ligados ao grupo criminoso.

Segundo a investigação, Índio do Lixão manteve contato frequente com Luiz Eduardo Cunha Gonçalves, o Dudu, ex-assessor do ex-deputado TH Joias. Em uma das mensagens, enviada em junho de 2025 após uma reunião envolvendo a Secretaria de Defesa do Consumidor, o traficante escreveu: "Mérito que ganha quando eu resolvo algo. Ai, reunião Enel, Procon e Sedcon". A resposta de Dudu veio logo depois: "Mande pro Menezes. Falei que era legal ter levado você. Ele ainda não respondeu".

De acordo com a PF, o "Menezes" citado nas conversas é Marcos José Menezes, ex-servidor da Prefeitura do Rio e também ex-integrante do Procon estadual, órgão subordinado à Secretaria de Defesa do Consumidor, então comandada por Gutemberg Fonseca.

As investigações apontam que a primeira conversa sobre um encontro com Gutemberg ocorreu em 13 de maio de 2025. Chamado de "Guto" por Dudu e Índio, o então secretário apareceu em mensagens nas quais o traficante reclamava da ausência do assessor. "cadê você? assim eu vou ficar fraco", escreveu Índio. Em seguida, insistiu: "Tá geral aqui, Guto e todos. Cadê



Índio do Lixão se comunicava com Gutemberg Fonseca

vocês?". No dia seguinte, o traficante afirmou que queria contar o que "o doutor" havia dito durante o encontro. Após uma ligação de 39 minutos com Dudu, Índio pediu que ele perguntasse a Gutemberg Fonseca o que tinha achado da "atitude" dele, após ter solucionado rapidamente um problema não detalhado nas mensagens.

Gabriel Dias de Oliveira é apontado pela Polícia Federal como um dos chefes do Comando Vermelho e investigado por tráfico internacional de armas. O relatório afirma que ele mantinha um grupo de policiais militares atuando em sua segurança pessoal e no suporte logístico da facção. A PF também cita a existência de uma "articulação política" voltada aos interesses do traficante.

Outro trecho das conversas trata de uma possível nomeação defendida pelo criminoso. Em julho de 2025, Índio pressionou Dudu sobre o andamento do pedido: "Pergunta da nomeação. Se ele não for, eu vou em outro caminho já certo". O assessor respondeu: "Eu aviso ele". Cerca de uma hora depois, pediu os dados do traficante: "vamos pegar logo essa nomeação".

Em agosto daquele ano, novas mensagens indicaram tentativas de envolver diretamente Gutemberg Fonseca na solução do impasse. "Irmão, caso o Marcos não resolver, o que você acha Guto chamar o Júnior e dar o papo? [sic]", escreveu Índio. Dudu respondeu: "Posso falar com ele. Já fala com Marcos agora. Senão eu já ligo nele [Gutemberg Fonseca]".

Dois dias depois, conversas interceptadas mostraram que Marcos José Menezes teria marcado uma reunião com a presença de Gutemberg Fonseca e do próprio traficante na sede do Procon. O endereço do encontro foi enviado por Dudu. A Polícia Federal afirmou, porém, que não conseguiu confirmar se a reunião ocorreu efetivamente.

As investigações também revelaram contatos diretos entre Índio do Lixão e o advogado Alessandro Pitombeira Carracena, ex-secretário estadual de Esportes e ex-subsecretário de Defesa do Consumidor na gestão de Gutemberg Fonseca. Preso desde setembro de 2025, Carracena é suspeito de receber dinheiro para atender demandas de lideranças do Comando Vermelho.

MP investiga ligação entre privatização de cemitérios de São Paulo com Banco Master

O Ministério Público de São Paulo vai anexar uma nova representação de parlamentares à investigação sobre a privatização dos cemitérios municipais em São Paulo. Segundo informações da colonista Mônica Bergamo, publicadas no domingo (24) na Folha de S.Paulo, o pedido exige que se apurem as ligações entre as concessionárias e o Banco Master, além de uma suposta omissão de fiscalização por parte da prefeitura.

O caso avançou no Supremo Tribunal Federal (STF) após o ministro Flávio Dino dar prazo para que a gestão de Ricardo Nunes (MDB) explique a atuação das concessionárias de cemitérios e a suspeita de participação do Banco Master no setor.

Na decisão, anunciada em 7 de abril, o ministro cobrou da Prefeitura de São Paulo a apuração de suposta interfe-

rência do Banco Master em empresas concessionárias, "diante da natureza essencial do serviço prestado, que não pode ser atingido por eventual colapso empresarial em face de fatos públicos e notórios". A citação foi imputada apenas a Cortel. A Maya foi citada de forma indireta em outro despacho de Dino, em fevereiro, cerca de um mês depois das denúncias contra a Cortel. "Anoto, também, recentes notícias indiciárias de persistência de dificuldades organizacionais, envolvendo práticas empresariais suscetíveis de questionamento", escreveu.

A representação foi apresentada pela deputada federal Luciene Cavalcante, pelo deputado estadual Carlos Giannazi e pelo vereador Celso Giannazi, todos do PSOL. Segundo o MP-SP, há indícios de vínculo entre a concessio-

nária Cortel SP e o Master. A investigação aponta a relação familiar entre integrantes das empresas e o uso de um endereço eletrônico ligado ao banco na assinatura de documentos e Cortel.

No despacho assinado pelo promotor Silvío Antonio Marques, o Ministério Público identifica semelhanças entre a representação encaminhada pelos parlamentares do PSOL e o inquérito civil já instaurado para apurar possíveis irregularidades na concessão dos cemitérios municipais.

A investigação apontou que Fabiano Campos Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, integrou o conselho e o quadro societário da concessionária até 2025. A Cortel SP passou a administrar parte dos cemitérios públicos da capital após a privatização realizada pela gestão Nunes em 2023.



Guilherme Bianco e Orlando Silva Flávio Bolsonaro e Tarcísio querem entregar o Brasil para os EUA, denunciam Guilherme Bianco e Orlando

Mais de 500 pessoas de 14 cidades se reuniram em Araraquara (SP), no sábado (23), em um ato em defesa da democracia e da soberania nacional, organizado pelo vereador Guilherme Bianco (PCdoB).

O evento contou com a presença do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), Arlindo Chinaglia (PT-SP), deputado estadual Guilherme Cortez (PSol-SP) e o presidente nacional do PT, Edinho Silva, que foi prefeito de Araraquara por quatro mandatos, enviaram mensagens.

Guilherme Bianco, que se apresentou publicamente pela primeira vez como pré-candidato a deputado estadual, explicou que o ato buscou organizar os progressistas do interior do Estado de São Paulo contra a reeleição do governador bolsonarista Tarcísio de Freitas e a candidatura de Flávio Bolsonaro.

Para Bianco, "o fascismo tem feito um estrago gigantesco. Vamos precisar juntar todo mundo para derrotar o bolsonarismo".

"Muita gente olha para o interior e fala que é terra de bolsonarista, fala que 'lá não nasce nada de bom, é terra de coronéis'. Mas olha o que a gente está construindo", comentou.

O festival Virada Paulista denunciou que Flávio e Tarcísio "odeiam os direitos trabalhistas e odeiam o povo pobre".

"Eles também odeiam a democracia e querem fazer do Brasil o quintal dos Estados Unidos. Querem entregar o Brasil para os americanos", a exemplo das terras raras, declarou o vereador.

A avaliação de Bianco é que o escândalo do Banco Master ajuda a mostrar que "Flávio Bolsonaro é um miliciano, um bandido, um ladrão. E representa a pior da política brasileira".

Guilherme Bianco contou que seu gabinete se tornou uma "trincheira" contra o prefeito bolsonarista Lapena, que, entre outras coisas, está tentando privatizar o DAAE, empresa pública de água e esgoto da cidade que é superavitária e oferece um serviço de excelência.

O festival recebeu pessoas de Araraquara, Guaratinguetá, Américo Brasiliense, Bertogiá, Botucatu, Campinas, Franca, Limeira, Matão, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São Paulo e Sertãozinho.

O deputado Orlando Silva disse que as eleições de 2026 acontecerão em um cenário novo e diferente, marcado pelas agressões dos Estados Unidos contra Cuba, Venezuela e Irã, assim como pela pressão da extrema-direita do Brasil para que as nossas riquezas sejam entregues para os EUA.

Por isso, o parlamentar avalia que é central para o Brasil e para o mundo a reeleição do presidente Lula, que "é um cara que diz 'não, Trump'". "É importante para o Brasil continuar a se reconstruir e desenvolver", disse.

Orlando destacou a importância da votação do projeto que prevê o fim da escala 6x1, prevista para o dia 28 de maio, e defendeu que "o trabalhador tem que ter tempo livre para cuidar da família, para namorar, para estudar e para não fazer nada".

Em São Paulo, os progressistas precisam "acabar com a farra da privatização. Tarcísio só sabe privatizar e quer acabar com tudo". Ao mesmo tempo, o governo do Estado agride, com uso da Polícia Militar, os estudantes da Universidade de São Paulo (USP).

"Só temos uma alternativa em outubro: meter o pé na bunda do Tarcísio", afirmou.

O ex-ministro e ex-prefeito de Araraquara, Edinho Silva, enviou uma saudação para o evento organizado por Guilherme Bianco e disse que é preciso "organizar um projeto para o Estado de São Paulo que priorize educação e saúde e que seja arrojado, fazendo jus ao Estado mais rico do país".

Edinho falou que a pré-candidatura de Guilherme é importante porque o país precisa de "lideranças que defendam um Brasil soberano" e que tenham um "projeto para as terras raras com desenvolvimento tecnológico e que universalize direitos", um Brasil que "efetivamente seja dos brasileiros".

A vereadora de São Carlos, Larissa Camargo, deu força à mobilização da população contra as privatizações de Tarcísio de Freitas e citou o caso da Sabesp, cujo "serviço se tornou uma tragédia". "Famílias estão em sofrimento por conta da irresponsabilidade da Sabesp privatizada que levou duas vidas" em uma explosão ocorrida no Jaguaré, em São Paulo.

Artur Bueno, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (CNTA), ressaltou a necessidade de reeleger Lula e parlamentares "que defendam os interesses da classe trabalhadora", em especial o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40h semanais. "A vida não pode só ter trabalho, tem que ter família e lazer", argumentou.

Serjão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Araraquara, e Magu Haddad, diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras lideranças do interior de São Paulo, também discursaram em defesa da democracia, da soberania e dos direitos dos trabalhadores e estudantes.

Cynthia Maria

Reprodução

Ricardo Moraes/Reuters

Centrais comemoram avanço de PEC que reduz jornada sem corte salarial

Acordo entre governo, centrais sindicais e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, permitiu avanço da pauta no Congresso

Em nota conjunta, as centrais sindicais saudaram, nesta segunda-feira (25), o entendimento sobre o texto que trata da redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1, celebrado entre o governo federal e o Congresso Nacional.

O acordo selou os termos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece a redução imediata da jornada para 42 horas semanais e dois dias de folga por semana em até 60 dias após a promulgação da medida, seguida de uma transição de um ano até a consolidação da jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial.

De acordo com os presidentes das centrais, Sérgio Nobre (CUT), Miguel Torres (Força Sindical), Adilson Araújo (CTB), Ricardo Patah (UGT), Antonio Neto (CSB) e Sonia Zerino (NCST), que assinam a nota, “o entendimento é resultado de um amplo processo democrático de negociação institucional e diálogo social”.

“As Centrais Sindicais brasileiras reconhecem o espírito público demonstrado pelo Governo Federal, sob liderança do Presidente Lula, que deu urgência e centralidade à pauta, e pelo Congresso na construção deste entendimento”, afirmam.

As entidades destacam ainda “a postura do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, a atuação do relator, Leo

Prates, e o trabalho político desenvolvido pelo presidente da Comissão Especial, Alencar Santana, na busca de convergência em torno de uma pauta que fará diferença (para melhor) para a classe trabalhadora”. Conforme as centrais, a medida “assegura às trabalhadoras e aos trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho, ao mesmo tempo em que oferece aos setores econômicos um horizonte claro de adaptação e transição, compatível com a reorganização produtiva contemporânea”.

Elas afirmam que a superação da escala 6x1 e a redução da jornada constituem, “um avanço civilizatório alinhado às expectativas históricas do movimento sindical brasileiro”.

“A experiência internacional demonstra que sociedades que avançaram na racionalização das jornadas de trabalho e na distribuição social dos ganhos de produtividade conseguiram construir economias mais dinâmicas, inovadoras e estáveis”, ressaltam, afirmando que permanecerão mobilizadas até a aprovação definitiva da proposta.

Segundo a nota, “a expectativa é de que o Brasil dê um passo decisivo na construção de uma sociedade mais equilibrada e humanizada, capaz de reconciliar crescimento econômico, produtividade e qualidade de vida para trabalhadoras e trabalhadores”.



Na segunda-feira (25) manifestantes ocuparam a Paulista para pressionar votação



Audiência em SC defende fim da escala 6x1 e pressiona Congresso por votação da PEC

Audiência pública realizada na noite da quarta-feira (21), no Auditório Antonieta de Barros, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), reuniu centrais sindicais, parlamentares estaduais e federais, representantes do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e representantes do setor empresarial para debater o fim da escala 6x1 e a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução salarial.

A atividade foi proposta pelo deputado estadual Marquillo (PSOL), que abriu a audiência reafirmando sua defesa do fim da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho sem redução salarial. O debate foi realizado em conjunto com a Comissão Especial sobre o Fim da Escala 6x1 – Vida Digna ao Trabalhador, da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado federal Alencar Santana (PT-SP). Também participaram da audiência os deputados federais Pedro Uczai e Ana Paula Lima, além de parlamentares estaduais da bancada.

Durante o ato, trabalhadores e dirigentes sindicais entoaram palavras de ordem como “A escala 6x1 tem que acabar, trabalhador merece descansar”.

Segundo dados apresentados durante a audiência, cerca de 1,25 milhão de trabalhadores catarinenses vivem atualmente submetidos à escala 6x1, o equivalente a, aproximadamente, 47% da força de trabalho do estado. Desses, 755 mil são mulheres.

Estudos apresentados durante o encontro apontam ainda que a redução da jornada poderia gerar cerca de 68 mil empregos em Santa Catarina, além do crescimento de 0,3% do PIB estadual e aumento de 1,6% na renda dos trabalhadores.

Representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Leticia Lis afirmou que a luta pelo fim da escala 6x1 é uma pauta histórica da classe trabalhadora e defendeu a redução da jornada sem qualquer flexibilização ou retirada de direitos. A dirigente criticou ainda a tentativa de setores empresariais de classificar os trabalhadores da saúde como serviço essencial, para excluí-los da redução da jornada e da escala de trabalho.

“Não aceitaremos essa manobra. A redução da jornada e o fim da escala 6x1 devem valer para todos os trabalhadores submetidos a esse regime”, afirmou.

Leticia também defendeu a valorização da classe trabalhadora por meio da ampliação dos salários e da redução da taxa de juros no país.

Já Vanessa Brasil, do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), criticou propostas de transição gradual para o fim da escala 6x1. “Não aceitaremos transição. Estamos há 40 anos ouvindo que a economia vai quebrar. Que a FIESC apresente alguma empresa que falie por implementar outra jornada de trabalho”, afirmou.

A dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ana Júlia Rodrigues, afirmou que aproximadamente 1,6 milhão de trabalhadores catarinenses seriam beneficiados

pela mudança e defendeu pressão popular sobre o Congresso Nacional. “Vamos denunciar todos os deputados que forem contra. Não pode haver compensação para os empresários às custas dos trabalhadores”, declarou.

Representantes da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Intersindical também participaram da audiência. Sílvio, representante da Intersindical, defendeu a constitucionalização do fim da escala 6x1 e criticou a possibilidade de ampliação das jornadas por meio de acordos coletivos.

Representando a UGT, o professor Carlos Magno destacou que o debate sobre a redução da jornada ultrapassa a dimensão econômica e representa uma questão de dignidade humana e saúde pública. Em sua fala, citou dados do Ministério da Previdência e do INSS que apontam Santa Catarina como o quinto estado brasileiro com mais afastamentos laborais relacionados à saúde mental. Segundo ele, quase 40 mil trabalhadores catarinenses foram afastados em 2025 por ansiedade, depressão e estresse severo.

Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) defenderam que eventuais mudanças sejam construídas por meio de negociação coletiva entre patrões e trabalhadores.

Leia a íntegra em horadopovo.com.br

Por Janaina Deitos, presidente do PCdoB de Florianópolis e advogada.



A dialética da independência do Brasil, por Carlos Pereira

Há 36 anos, em novembro de 1989, foi assinado o Consenso de Washington, contendo dez orientações impostas pelo FMI e Banco Mundial. Era o auge da política imperialista de exploração dos povos, do neoliberalismo, da financeirização.

Hoje o imperialismo está decadente e vive uma desagregação profunda. A divisão da cúpula – a Europa de um lado, os Estados Unidos do outro –, o fim do mundo unipolar, com o fortalecimento da bipolarização, sendo o seu contrário a Aliança China-Rússia e o Irã, somando 1 bilhão e 700 mil seres humanos e 23% do PIB mundial.

O genocídio perpetrado por Israel e os EUA contra o povo palestino deixa à luz sua face macabra, de morto-vivo – mais morto do que vivo.

Enfim, nove milhões de americanos saíram às ruas e Trump deve perder as eleições de meio de mandato. No momento, isolado internamente, está tentando sair dos córneres do ringue internacional.

E tudo isso tem grande reflexo na terra de Tiradentes. Para o bem e para o mal. O tarifaço, que foi profundamente derrotado, no Brasil, teve como efeito levantar a consciência nacional.

O fascismo bolsonarista é cria das milícias. Foi cevado nos porões da ditadura. Essa é sua origem, ou seja, no crime organizado. Assumem isso. Flávio Bolsonaro empregava em seu gabinete a esposa e a mãe de Adriano da Nóbrega, chefe do Escritório do Crime, organização de matadores de aluguel. Adriano foi assassinado, tudo indica que foi queima de arquivo.

A ditadura do governo Bolsonaro foi a mais sanguinária, entreguista, corrupta e perversa de nossa história. Assassinou 700 mil brasileiros ao sabotar a vacinação em massa. Na prática, acabou com a aposentadoria. O trabalhador tem que trabalhar mais dez anos para ganhar muito menos. Fortaleceu a pejetização, que é o fim dos direitos trabalhistas e da CLT – trabalhador sem direito é escravo. Desviou recursos públicos, por meio do sistema financeiro, o que já monta a centenas de bilhões de reais, e só se compara ao desvio de recursos via pagamento dos juros da dívida pública.

A tentativa de golpe no 8 de janeiro era, assim, uma necessidade para seguir o assalto ao Tesouro e encobrir tantos crimes.

Se nós fôssemos escolher um inimigo eleitoral, teoricamente, não teria inimigo melhor do que o bolsonarismo.

O avanço de Lula nas pesquisas é porque ficou mais exposta a podridão que representa o bolsonarismo.

Na campanha passada, Lula ganhou por pouco, cerca de 2%. As imagens, na véspera do pleito, dos tiros de fuzil e granadas com o que o ex-deputado Roberto Jefferson atacou agentes da Polícia Federal, que estavam cumprindo mandato de prisão, e da deputada federal Carla Zambelli, no dia da eleição, correndo com um “38”, ameaçando um homem negro, consolidaram a apertada vitória.

A tentativa de golpe, o quebra-quebra no Palácio do Planalto, no Congresso e no STF, tudo isso desmoralizou ideologicamente o inimigo de classe. O puxa-saquismo repugnante à bandeira americana, em momentos críticos de agressão à Pátria, deixou a marca de traidores cravada no bolsonarismo.

A cereja do bolo é o envolvimento com o caso MASTER e com o crime organizado.

Ao contrário, o governo Lula tem entregado vários benefícios: a isenção de imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil, o Desenrola 2, o Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, a PEC da escala 5X2, com redução da jornada para 40 horas semanais, pé de meia para estudantes do ensino médio, lei anti-facção, entre outros benefícios.

Mas, apesar de tudo, a coisa continua emperada, em empate técnico.

O que está faltando, então, para ampliar as possibilidades de vitória?

Falta o essencial. Falta o compromisso com um programa mínimo de rompimento com a dependência e de desenvolvimento. Ou seja, falta explicitar que, para o Brasil de hoje, se confrontam dois projetos que se excluem:

O projeto dos colonizados, que o bolsonarismo vestiu e que há 40 anos vem afundando o Brasil. É o da mesmice, do velho neoliberalismo, em decadência, dos juros escorchantes, do domínio dos cartéis estrangeiros, da dependência econômica, do retrocesso à economia agrária exportadora, do Estado fraco, capacho, da desindustrialização, da concentração de renda, da miséria das massas, das privatizações, do fiscalismo, das milícias, do crime organizado, da corrupção.

O outro é o do crescimento econômico acelerado, com referência na experiência getulista, inspirado no socialismo chinês. Com o Estado forte, em condições de garantir nossa soberania, defender nossas fronteiras, nossas florestas, nosso espaço aéreo e nosso litoral. Promotor de uma robusta indústria de defesa, promovendo a industrialização, com a redução substancial dos juros, apoio às empresas genuinamente nacionais, restituição dos direitos trabalhistas, emprego de qualidade, apoio do Estado aos trabalhadores de plataformas, reforma agrária, dobrando o valor real do salário mínimo, escala 5X2 com redução da jornada para 40 horas semanais.

Em uma palavra, o projeto de uma revolução. A imensa vantagem desta estrada é que recupera o tempo perdido, nos leva à defesa dos interesses gerais da nação, hoje ameaçados. Portanto, gera esperança, ingrediente fundamental para a constituição de uma amplíssima frente nacional de libertação.

A crise do imperialismo abre uma janela de oportunidades que não podemos desperdiçar.

A própria democracia tem no centro a questão nacional. Não existe democracia em país colonizado. Não existe democracia em país que seu povo passa fome, tem suas riquezas e tem sua força de trabalho superexplorada para o exterior. O Brasil ainda não se libertou do colonialismo.



HP

CHARGE DO ÉTON



PSB fechará questão contra escala 6x1 no Congresso, diz João Campos

O presidente nacional do PSB, João Campos, afirmou que o partido deve fechar questão no Congresso Nacional em defesa do fim da escala de trabalho 6x1. A declaração foi dada durante entrevista à Rádio Asas FM, em Lajedo, no Agreste Meridional de Pernambuco, onde o pré-candidato ao Governo do Estado disse que a legenda pretende atuar em favor dos trabalhadores e da convivência familiar.

“O nosso partido fechou questão para ser contra a escala 6 por 1 e ajudar a defender o trabalhador e a trabalhadora, para que possa ter o direito de ficar com a sua família, ficar com o seu filho e poder cuidar daquilo que lhe interessa”, declarou.

Segundo João Campos, a proposta defendida pelo PSB também deverá prever medidas compensatórias voltadas a pequenos empreendedores e microempresas, levando em consideração os impactos econômicos da mudança. De acordo com ele, o debate precisa garantir equilíbrio entre direitos trabalhistas e sustentabilidade financeira dos pequenos negócios.

“É a posição que eu tenho como cidadão, que eu tenho como presidente do partido. Nossa história é uma história de Arraes, de Eduardo e de homens e mulheres que lutaram sempre em favor dos traba-

lhadores”, afirmou.

Durante a agenda em Lajedo, realizada nas comemorações pelos 77 anos de emancipação política do município, João Campos também fez promessas para áreas como infraestrutura, saúde, segurança pública e abastecimento de água. O evento contou com a presença do prefeito da cidade, Erivaldo Chagas.

Ao lembrar que Eduardo Campos esteve na mesma emissora há 17 anos debatendo a duplicação da BR-423, João assumiu compromisso de concluir a obra até Garanhuns.

“Eu quero ter a oportunidade de governar o Estado de Pernambuco para fazer a duplicação até Garanhuns. E tem um compromisso: eu governador do estado, se o Governo Federal não fizer de Lajedo a Garanhuns, eu faço como governador”, afirmou.

O dirigente socialista elevou o tom das críticas à gestão da governadora Raquel Lyra, especialmente na área da educação infantil. Segundo ele, enquanto a Prefeitura do Recife entregou 107 creches em cinco anos, o governo estadual teria inaugurado apenas três unidades em três anos.

“Prometeram 250 creches e entregaram três. Nesse ritmo, vai demorar 250 anos, um quarto de milênio, para terminar”, afirmou.

Encíclica papal chama a que IA não se torne meio de desumanização e guerra



Ruas bolivianas tomadas pelos trabalhadores

Em greve, trabalhadores bolivianos exigem a renúncia do presidente

Milhares de trabalhadores voltaram às ruas do centro de La Paz, capital da Bolívia, para exigir a renúncia do presidente Rodrigo Paz, marcando três semanas de protestos e bloqueios de ruas e estradas contra seu governo.

“De fato, hoje temos mais uma marcha de protesto com diferentes setores da sociedade. Não concordamos com as políticas neoliberais, rejeitamos a coletiva de imprensa de quarta-feira de Rodrigo Paz, que não ofereceu soluções para o país, criminaliza os protestos e persegue os líderes dos trabalhadores”, declarou Aguilaro Cari Cari, secretário-geral da Confederação de Comunidades Indígenas Interculturais Originárias da Bolívia, em entrevista à imprensa local.

“O presidente vem convocando diversos setores e realizando reuniões há muito tempo, mas nada resulta disso. São apenas encenações para distrair o povo mobilizado”, lamentou Cari Cari. Por sua vez, o secretário-geral da principal central sindical da Bolívia, a Central Operária Boliviana (COB), Eduardo Ferrufino, lamentou que o governo esteja perseguindo dirigentes e os chame de vândalos.

O estopim para essa revolta popular reside na implementação de um plano econômico de arrocho que, segundo as organizações, está alinhado aos interesses das grandes empresas multinacionais e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A onda de protestos populares e bloqueios de estradas que começaram com reivindicações ao governo relacionadas a salários, acesso a combustível e outras decisões, como a revogação da lei fundiária, com o passar dos dias se intensificaram em reivindicações, intensidade e extensão. Os manifestantes hoje também exigem a renúncia do presidente e de parte de seu gabinete, em meio a confrontos e ações repressivas das forças de segurança.

A mobilização, liderada pela COB, pela Confederação Sindical Unificada dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) e pela Federação Camponesa de La Paz “Tupac Katari” (Ponchos Vermelhos), juntamente com professores e mineiros cooperativistas, aprofunda uma greve geral por tempo indeterminado que mantém o país praticamente cercado por mais de 70 bloqueios de estradas.

As organizações sociais transformaram suas reivindicações iniciais por salários mais altos em uma rejeição total ao presidente, apenas seis meses após sua posse. Essa escalada decorre da indignação gerada pela brutal repressão estatal que, no sábado, 16 de maio, deixou pelo menos quatro manifestantes mortos pelas mãos da polícia e das forças militares.

Entre as medidas implementadas pelo Poder Executivo está a eliminação de subsídios, o que levou a um aumento de 86% no preço da gasolina e de mais de 160% no preço do diesel, impactando severamente as condições de vida da classe trabalhadora.

A este denominado “gasolinazo” se soma a rejeição indígena à lei Marinkovic (lei N° 1720), uma regulamentação que visaria saquear os recursos naturais comuns e desapropriar os camponeses de suas terras, facilitando a apreensão e conversão de pequenas propriedades agrícolas em benefício de grandes latifundiários.

Leia a matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

“Go Home”: Groenlandeses protestam contra a arrogância do enviado de Trump

“Acho que é hora dos EUA voltarem a deixar suas pegadas na Groenlândia”, disse o preposto nomeado por Trump, o governador republicano da Louisiana, Jeff Landry, que foi à ilha sem ser convidado.

“Go home”: centenas de groenlandeses protestaram diante do novo Consulado dos EUA em Nuuk, a capital do território, expressando seu repúdio às ameaças de anexação reiteradas pelo regime Trump, e empunhando a bandeira vermelha e branca da Groenlândia e placas que diziam “USA ASU”, que significa “Parem os EUA”, além de bombarem do dístico MAGA, reinterpretado como “Make America Go Away” [Faça a América Ir embora].

RECHAÇO

A manifestação, foi em rechaço à presença, sem convite, do assim chamado “enviado de Trump para a Groenlândia”, o governador republicano da Louisiana, Jeff Landry, que chegou afrontando a todos com sua arrogância.

Os manifestantes bradaram “Groenlândia pertence aos groenlandeses” e “Não significa não”, e empunhavam faixas de “Não estamos à venda”. Território autônomo que é parte da Dinamarca, a enorme ilha do Ártico se tornou motivo de cobiça para Trump. “É muito importante,

agora mais do que nunca, mostrar ao povo americano o que já dissemos, que não significa não, e que o futuro e a autodeterminação da Groenlândia pertencem ao povo groenlandês”, disse Aqqalukkuluk Fontain, gerente de contas de TI e organizador dos protestos.

“O protesto não é para provocar Trump ou Landry, mas para mostrar ao mundo que a Groenlândia tem sua própria democracia”, acrescentou Fontain. Repetindo o ridículo de janeiro, quando Trump enviou um navio-hospital, Landry chegou com uma delegação que incluía um médico, que causou fúria, como registrou o Common Dreams, ao dizer que estava ali para “avaliar as necessidades médicas da Groenlândia”. Note-se que a saúde pública na Dinamarca e na Groenlândia é muito melhor do que nos EUA. Para não perder a viagem, ele se reuniu em uma “conferência de negócios” com o próprio embaixador americano na Dinamarca, Kenneth Lowery.

Durante a desastrosa incursão, Landry “ofereceu biscoitos de chocolate e chapéus vermelhos MAGA para pessoas que encontrava na rua”, registrou o NYT. “Ele não conseguiu muitos interessados, e autoridades groenlandesas criticaram a visita.” Foi sua primeira visita à ilha de 57.000 habitantes desde que Trump o nomeou em dezembro.



Papa lança sua encíclica “Magnifica Humanitas”

Malásia acionará Israel, na Corte de Haia, por agressão a ativistas da Flotilha

O governo da Malásia prepara uma ação judicial contra o governo de Israel perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ), também conhecida como Corte de Haia, pelo sequestro e tortura de ativistas da Flotilha Sumud, que seguia para Gaza.

Amirudin Shari, ministro-chefe do estado malaio, afirmou que a ação judicial será protocolada assim que a equipe jurídica concluir a coleta de provas e documentos referentes às violações do direito internacional relacionadas aos eventos relatados.

Mais de 400 ativistas internacionais a bordo da flotilha, que tinha como objetivo romper o bloqueio naval israelense à Faixa de Gaza para entregar ajuda humanitária, foram atacados, detidos e torturados pelas forças israelenses em águas internacionais.

“Não ficaremos em silêncio, não vamos parar. Enquanto a equipe jurídica reúne toda a documentação sobre as violações do direito internacional, eles (os participantes da flotilha) foram sequestrados mais de uma vez, foram torturados”, disse Amirudin durante a cerimônia de boas-vindas da Flotilha Global Sumud 2.0 no Aeroporto de Kuala Lumpur.

“Levaremos isso ao tribunal internacional, continuaremos com a pressão diplomática e também viajaremos por toda a Malásia”, assegurou. Amirudin afirmou que a ação judicial decorre dos denunciamentos de brutalidade, incluindo sequestro e tortura, envolvendo ativistas da flotilha, particularmente participantes malaios.



Ativistas da Malásia na Flotilha a Gaza chegam a Istambul

LIBERTEM GAZA

Ele acrescentou que a medida será seguida de pressão diplomática contínua por parte do governo para exigir a “libertação total” de Gaza. Amirudin afirmou que, embora a missão FGS 2.0 tenha sido concluída, o compromisso da Malásia com a causa palestina continuará.

O ministro informou que existem planos para trazer conferências internacionais relacionadas à Palestina para a Malásia no futuro, a fim de fortalecer os esforços de defesa da causa.

Ele acrescentou que as flotilhas e as ações internacionais continuarão a lutar até que o bloqueio a Gaza seja suspenso.

As forças israelenses atacaram a flotilha em águas internacionais ao largo da costa cipriota. Ben Gvir, fascista responsável pela polícia e administração penitenciária, provocou indignação internacional ao publicar um vídeo com imagens que mostram os ativistas humanitários que levavam medicamentos e alimentos a Gaza ajoelhados, com as mãos amarradas atrás e com as cabeças voltadas ao chão.

México convida seleção iraniana a se concentrar na cidade de Tijuana para os jogos da Copa do Mundo

Os iranianos estavam planejando treinar em Tucson, no estado do Arizona, mas na segunda-feira a FIFA anunciou que o México irá sediar a equipe iraniana e eles viajarão para os EUA para disputarem suas três partidas iniciais.

A guerra de Washington contra o Irã, sanções, preocupações com segurança e a recusa do governo norte-americano em recebê-los resultou em uma mudança depois que o México se ofereceu para abrigar a seleção iraniana durante os jogos da Copa.

O anúncio saiu horas depois da presidente do México, Claudia Sheinbaum, em uma conferência de imprensa, dizer que não há problema da seleção iraniana ficar em território mexicano, “não temos nenhum problema”, ela disse, depois da recusa norte-americana.

“Os Estados Unidos não querem que a equipe iraniana fique durante a noite”, disse a presidente mexicana, acrescentando que o México já havia combinado com a FIFA em recebê-los.

A FIFA então comunicou que o campo de treinamento da equipe iraniana será no Centro Xoloitzcuintle, na cidade de Tijuana. Os iranianos foram sorteados no Grupo G da Copa do Mundo de 2026, junto com Bélgi-



Seleção iraniana celebra classificação para a Copa

ca, Nova Zelândia e Egito. A primeira partida será contra a Nova Zelândia em Inglewood, na Califórnia, em 15 de junho, e contra a Bélgica, seis dias à frente, e depois eles irão enfrentar o Egito em 26 de junho, em Seattle, no Estado de Washington.

E a 7ª Copa do Mundo que os iranianos participam, 4ª Copa consecutiva, eles nunca avançaram da primeira rodada.

Durante os dias que antecederam aos jogos da Copa do Mundo, Trump destilou seu veneno contra a participação da seleção iraniana nos jogos que acontecerão nos Estados Unidos.

Chegou a dizer que a participação do Irã - agredido pelos Estados Unidos e Israel desde 28 de fevereiro - “não era apropriada”.

Voltou atrás depois das repercussões negati-

vas de suas desastrosas declarações. No entanto, os Estados Unidos inventaram a provocação de dizer que a seleção do Irã não poderiam pernoitar no local antes designado para seus treinamentos e hospedagem.

Dai quem agiu para garantir a participação iraniana nesta Copa do Mundo foi a presidente do México, Claudia Sheinbaum.

Mas as provocações contra a equipe iraniana não param por aí. A rede Al Jazeera informa que, até aqui, os vistos para os jogadores e equipe técnica do Irã ainda não foram fornecidos.

Coube ao presidente da Federação de Futebol do Irã, Mehdi Taj, informar sobre as tratativas positivas com o secretário-geral da FIFA, Mattias Grafstrom. As conversações entre os iranianos e dirigentes da FIFA aconteceram em Istambul.

“Magnifica Humanitas” (Magnifica Humanidade) é uma convocação à salvaguarda do ser humano na era da Inteligência Artificial e ao “desarmamento da IA”

Está gerando enorme repercussão a primeira encíclica do Papa Leão XIV, que faz um chamado a salvaguardar o ser humano na era da Inteligência Artificial e evitar que esta se torne instrumento de guerra, desumanização, desemprego e desigualdade.

A carta aos católicos e às pessoas de boa vontade do mundo inteiro foi oportunamente nomeada como “Magnifica Humanitas” – Magnifica Humanidade –, em contraste com o deslumbramento diante dos “grandes modelos de linguagem”, comumente apelidados de “IA”, e exaltação aos data centers e à trajetória exponencial das ações das Sete Magníficas, como rotineiramente as Big Techs – Apple, Alphabet (Google), Amazon, Meta (Facebook), Microsoft, Nvidia e Tesla – são referidas em Wall Street.

A apresentação aconteceu no Vaticano, em comemoração ao 135º aniversário da histórica “Rerum novarum”, de 1891, a encíclica do Papa Leão XIII sobre os direitos dos trabalhadores na era industrial. No documento, Leão XIV também pediu perdão pelo longo atraso da Igreja Católica em condenar a escravidão, uma “ferida na memória cristã”.

Primeiro papa nascido nos Estados Unidos, em Chicago, e cuja trajetória o levou aos grotões peruanos, Leão não se esquivou a criticar o presidente Trump por desencadear a guerra contra o Irã, nem em advertir sobre os impactos da IA.

Durante a apresentação da encíclica, o Papa Leão XIV afirmou que “a inteligência artificial precisa ser desarmada” e “libertada de lógicas que a transformam em um instrumento de dominação, exclusão e morte”.

Ele esclareceu que as fortes palavras haviam sido escolhidas deliberadamente: “este momento precisa de palavras capazes de chamar a atenção, despertar consciências e indicar caminhos para a humanidade”.

“A paz, e não apenas a ausência de guerra, é a justiça em ação, mas quando a tecnologia enfraquece nosso senso crítico, a própria paz está em perigo”, advertiu.

DESARMAR A IA

“Desarmar a IA significa libertá-la da mentalidade de competição ‘armada’”, escreveu Leão XIV. “Desarmar não significa rejeitar tecnologia, mas impedir que ela domine a humanidade”, acrescentando que a tecnologia deve ser “amigável ao ser humano”, acessível a todos e aberta à discussão e debate.

“A Inteligência Artificial é uma grande oportunidade para a humanidade, mas só será realmente boa se for guiada pelo amor, pela ética e pela busca do bem comum”, afirmou.

“O futuro não é da máquina, é do ser humano – com Deus, para o próximo e para a vida plena. Que esta encíclica seja um convite à responsabilidade, ao diálogo e à esperança, para que a IA seja verdadeiramente a serviço da vida e da fraternidade universal”, aponta a encíclica em sua conclusão.

Entre os desafios que estão lançados, a encíclica aponta o risco de reduzir o ser humano a dados e números, enfraquecendo relações reais; de aumentar a desigualdade e deixar muitos sem trabalho digno; de ameaçar a privacidade, a liberdade e a democracia; e a perda de sentido, com o excesso de tecnologia levando ao individualismo e ao isolamento.

A encíclica é desenvolvida em torno de cinco temas centrais: “dignidade do ser humano como valor supremo”, “Perigos de uma elite tecnológica sem controle”, “Transparência, regulação e diálogo multidisciplinar”, “Impacto na paz, no emprego e na equidade social” e “A inteligência artificial precisa ser desarmada”.

Alertando sobre uma “torre de Babel” digital, o documento ressalta que plataformas tecnológicas e sistemas algorítmicos devem estar orientados ao bem-estar humano, e não o contrário.

“Não podemos considerar a IA moralmente neutra. Na realidade, todo artefato técnico carrega consigo decisões e prioridades: o que mede, o que ignora, o que otimiza e a forma como classifica pessoas e situações. Se um sistema é concebido ou utilizado tratando algumas vidas como menos dignas, ou as exclui sem possibilidade de recurso, não se trata de um simples instrumento que ‘deve ser usado corretamen-

te’; ele já introduz um critério que contradiz a dignidade inalienável da pessoa”, afirma o texto.

O documento alerta ainda quanto a um avanço tecnológico sem limites éticos, que apenas consolide o poder de “poucos”, exclua os vulneráveis ou retire a humanidade das relações sociais.

“Não serviria de nada uma IA mais moral se essa moral fosse decidida por poucos. É necessária uma política mais presente, capaz de desacelerar onde tudo acelera e de proteger os espaços nos quais as comunidades possam continuar participando e questionando”, afirma a Encíclica.

Sobre a necessidade de mecanismos claros de prestação de contas e acordos internacionais, o documento aponta que “não basta invocar genericamente a ética; são necessários marcos jurídicos adequados, fiscalização independente, educação dos usuários e uma política que não renuncie à sua tarefa”.

“Ao contrário dos benefícios anunciados sobre a IA, as abordagens atuais da tecnologia podem, paradoxalmente, desespecializar os trabalhadores, submetê-los a vigilância automatizada e relegá-los a tarefas rígidas e repetitivas.”

O texto também aborda questões como o direito ao trabalho digno e a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, mas se preocupa especialmente “com o renascimento da guerra como instrumento da política internacional”, com a automatização dos sistemas armamentistas e com a IA ajudando a facilitar a “normalização da guerra”.

“Por isso, o desenvolvimento e uso da IA na guerra devem estar sujeitos às mais rigorosas restrições éticas, para garantir o respeito à dignidade humana e à santidade da vida e para evitar uma corrida para desenvolver tais armas”. Acrescentou que alguns sistemas de armas autônomos estão “praticamente além do alcance humano” para controle.

O papa também faz uma advertência sobre o controle da IA pelos monopólios privados, em que destaca que o poder sobre sistemas digitais, infraestrutura e dados “não pertence aos Estados, mas aos principais atores econômicos e tecnológicos”, e que, quando esse poder era concentrado “nas mãos de poucos”, tendia a “se tornar opaco e evitar a supervisão pública, aumentando o risco de formas distorcidas de desenvolvimento que geram novas dependências, exclusões, manipulações e desigualdades”.

SERVIR À HUMANIDADE

“Assim como a energia nuclear, a IA deve ser guiada pela consciência e responsabilidade, servindo à paz, à justiça e a toda a humanidade, e não apenas a uma minoria privilegiada”, afirma. Segundo o Vaticano, o texto baseou-se na escuta de cientistas, engenheiros, líderes políticos, educadores e, fundamentalmente, na voz dos marginalizados e daqueles que sofrem as consequências dessas tecnologias. O futuro – enfatiza – deve ser desenhado em conjunto: por quem cria os sistemas e por quem sofre suas consequências, unindo países ricos e pobres.

O Papa afirma que a Igreja não possui respostas técnicas e nem deseja substituir os especialistas, mas oferece uma “sabedoria sobre o humano”, defendendo que cada pessoa é única, livre e insubstituível. Ele convoca a humanidade a se unir como “artesãos da esperança” para construir uma sociedade mais fraternal e justa.

Por seu teor, a encíclica é uma espécie de reprovação ao que tem sido chamado de “manifesto do tecnofascismo”, de autoria de Alex Karp, CEO da Palantir, empresa de AI ceuada pela CIA, com contrato de US\$ 10 bilhões com o Pentágono, e cujo algoritmo está a serviço da morte em Gaza, Ucrânia e Irã.

Recentemente Karp, ao testemunhar em um processo judicial, foi direto ao ponto sobre o “modelo de negócios” de sua empresa: “Nosso produto é usado para matar pessoas”. Frase que desmascara a retórica sobre “fusão de dados” e “integração de IA” para revelar a crua realidade da função da Palantir.

O The Times revelou que, durante a invasão do Iraque, o EUA precisava de uma equipe de inteligência de 2.000 pessoas a identificar alvos em terra. Na Operação Fúria Épica, a mesma carga de trabalho foi realizada por apenas 20 soldados.

China condena política do “porrete” dos EUA por indiciamento de Raúl Castro

China condenou a política de imperialismo que usa de sanções e indiciamentos para tentar subjugar países menores, dessa vez contra Cuba. Os chineses estão acusando os norte-americanos de abusarem de medidas judiciais contra a ilha caribenha indiciando o ex-presidente cubano, Raul Castro, de 94 anos.

Os norte-americanos anunciaram na quarta-feira, 20, que estão levantado acusações contra Raul Castro pela derrubada de dois aviões civis em 1996, que estavam sendo pilotados por cubanos exilados que viviam em Miami, matando quatro pessoas, incluindo três americanos. Na época o governo de Cuba denunciou a violação seu espaço aéreo pelas aeronaves americanas.

Raúl era o chefe das forças armadas cubanas na época e cinco pilotos militares cubanos também foram indiciados pelos norte-americanos.

“Os Estados Unidos precisam parar de usar o grande porrete de sanções e medidas judiciais contra Cuba, e parar de ameaçar Cuba com força a cada passo. A China apoia firmemente Cuba na salvaguarda de sua soberania nacional e dignidade nacional, e se opõe à interferência externa”, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Guo Jiakun, nesta quinta-feira.

A China critica sanções unilaterais, sempre impostas pelos EUA e seus aliados no ocidente contra países que eles querem impor instabilidade e destruir com suas economias. Para os chineses essas sanções não tem base na lei internacional e não são autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU disse o porta-voz chinês.

Na segunda-feira, os americanos também impuseram sanções contra 11 oficiais cubanos, como o ministro das comunicações e lideranças militares cubanas.

A decisão de indiciar Castro pela queda dos dois aviões também contrasta com a própria política imperialista dos americanos que constantemente abusam de assassinatos e massacres extrajudiciais contra lideranças de outros países e populações civis, como a mais recente chacina de crianças que morreram no bombardeio americano contra o Irã, em 28 de fevereiro, na cidade iraniana de Minab, matando 168 crianças.

Para essas mortes, Washington nunca vai procurar por “justiça”.

Trump, um completo degenerado, constantemente profere ameaças contra Cuba, se gabando que irá tomar facilmente o controle do país, usando de sanções para sufocar a economia cubana e o modo de vida do povo de lá.

“É um país fracassado, todo mundo sabe disso”, disse o presidente americano para jornalistas nesta quinta-feira, ignorando as sanções americanas impostas durante décadas contra Cuba, que são responsáveis pela condição precária em que o povo cubano se encontra. “Eles não têm eletricidade, não têm dinheiro, não têm realmente nada... e nós vamos ajudá-los junto”, disse Trump em sua prepotência.

“Outros presidentes têm olhado para fazer algo por 50, 60 anos, e parece que eu vou ser o único que faz isso”, continuou Trump que parece que brinca de roleta russa contra o resto do mundo, escolhendo quem vai atacar depois, a seu bel-prazer.

Leia mais no site do HP

Zelensky repatria corpo de nazista ucraniano e faz enterro com honras de Estado

Os corpos do colaborador nazista Andrey Melnik e de sua esposa, Sofia Fedak-Melnik, foram repatriados de Luxemburgo e recebidos na Ucrânia em uma cerimônia solene, com coro nacional e bandeiras ucranianas bordadas, com o evento usado como palanque político do governo de Zelensky. Os corpos devem ser enterrados no Cemitério Memorial Nacional de Guerra, perto de Kiev.

Melnik foi um dos fundadores da infame organização dos nazistas ucranianos (OUN) que, junto a seu braço armado, o UPA, foram os responsáveis pela limpeza étnica de milhares de poloneses, brutalmente torturados e mortos.

O nazista Melnik tornou-se líder da OUN em 1938 depois do assassinato de antigo líder, Evgeny Konovalev. Durante esse período ele foi recrutado pelos nazistas alemães para executar operações de sabotagem e espionagem contra a União Soviética antes dos nazistas começarem a invasão. A OUN aspirava a estabelecer um Estado ucraniano sob o protetorado nazista.

O governo da Rússia acusou o governo Zelensky de usar a exumação de Melnik como forma de distração dos vários escândalos de corrupção de seu governo, do desastre da campanha da guerra contra a Rússia e dos recrutamentos forçados de civis.

Na terça-feira, Zelensky defendeu o “dever moral” de trazer de volta para a Ucrânia todos aqueles ucranianos que colaboraram com os nazistas alemães durante a 2ª Guerra Mundial e participaram do genocídio de milhares de judeus e poloneses, supostamente “defendendo a ideia de independência”.

Em abril, Zelensky anunciou que está planejando criar um “Panteão de ucranianos de destaque”, com o foco em repatriar os corpos do que chamou de ucranianos “de importância fundamental para a formação da consciência nacional ucraniana e para a nossa construção do Estado”.

Leia mais no site

Irã recupera força militar mais rápido que o esperado pelos EUA, diz CNN



Composição mostra caça modelo F-15 em vôo e abatido em solo iraniano



Vista parcial da manifestação em Havana (Bruno Rodriguez/La Jornada)

Multidão condena em Havana “infame imputação” dos EUA contra Raúl Castro

Milhares de pessoas se manifestaram nesta sexta-feira (22) em Havana, na Tribuna Anti-Imperialista José Martí em frente à Embaixada dos Estados Unidos, para rechaçar a imputação caluniosa do regime Trump contra o líder da Revolução ao lado de seu irmão Fidel, ex-ministro da Defesa e ex-presidente, Raúl Castro, por um ato de legítima defesa de Cuba há 30 anos, o abate de dois aviões de uma organização terrorista anticubana, Brothers to the Rescue, ao violarem seguidamente o espaço aéreo cubano.

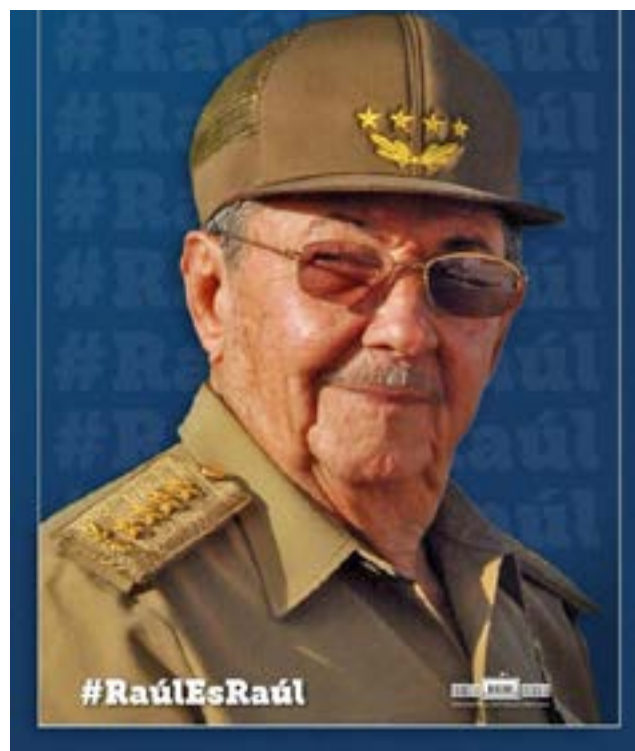
“Por Cuba e por Raúl”, saudou o presidente Miguel Díaz-Canel, encabeçando a mobilização, organizada pela União da Juventude Comunista e pelas entidades de massa. Os principais líderes cubanos estavam presentes ao ato para refutar a vil mentira, envolta em manipulação desonesta, reafirmar que soberania não é crime e denunciar o bloqueio genocida.

Raúl, que está fazendo 95 anos, não esteve presente, mas enviou uma mensagem que foi lida pelo herói cubano Gerardo Hernández Nordelo, um dos ‘cinco antiterroristas’, que ficaram encarcerados nos EUA por 16 anos por se infiltrarem nas gangues anticubanas de Miami para prevenir atentados contra Cuba e só libertados em 2014, em uma troca de prisioneiros com Washington.

Na mensagem, Raúl Castro expressou sua sincera gratidão pela solidariedade do povo cubano e dos amigos ao redor do mundo, e lhes assegurou que “enquanto viver, continuará liderando o nosso povo, defendendo a Revolução e com o pé firmemente no estribo”.

REQUENTAMENTO

Dois dias antes, em Miami o procurador-geral interino dos EUA, Todd Blanche, oficializou o requentamento do caso do abate dos “Brothers to the Rescue”, ocorrido em 24 de fevereiro de 1996, quando Cuba derrubou dois aviões ao violarem seu espaço aéreo, apesar dos repetidos pedidos dirigidos por Havana ao governo dos EUA para coibir os sobrevoos que se repetem há dois anos.



Raúl Castro, 95 anos, ex-presidente cubano

O requentamento culmina várias provocações acintosas do regime Trump contra Cuba – o decreto de “ameaça extraordinária” à segurança dos EUA, o bloqueio naval ao fornecimento de petróleo à ilha e as declarações de que, depois do sequestro de Maduro, na Venezuela, ia chegar a “vez de Cuba”.

Blanche acusou Raúl e mais cinco pelo “homicídio de três americanos e um residente legal”. O ventríloquo de Marco Rúbio teve a petulância de dizer que o ex-presidente cubano “comparecerá aqui por vontade própria ou por algum outro meio”. Sem sutileza, a data escolhida para a encenação em Miami foi a da instauração da primeira república em Cuba, sob a famigerada Emenda Platt, que tornava a ilha um protetorado ianque.

Gerardo Hernández, que é deputado à Assembleia Nacional e coordenador nacional dos Comitês de Defesa da Revolução

(CDR), lembrou as mais de 25 violações do espaço aéreo cubano pela organização terrorista Brothers to the Rescue entre 1994 e 1996, e denunciou que Washington ignorou os alertas de Havana. “O silêncio deles foi cumplicidade. A inação deles encorajou os terroristas”, denunciou.

A resposta de Cuba às violações de seu espaço aéreo foi “um ato de legítima defesa, um direito inalienável de qualquer nação”, ele acrescentou, descrevendo a acusação de agora contra Raúl como “uma provocação política desprezível e ilegal” que se complementa “com o ressentimento, a frustração e a impotência daqueles que não suportam ver Cuba de pé, livre e soberana”.

“Raúl é Raúl, e nenhuma mentira pode apagar seu exemplo”, afirmou, enfatizando que a hostilidade não é novidade, mas que a resposta cubana será sempre de unidade, resistência e a certeza de que a pátria será defendida.

Os Estados Unidos perderam pelo menos 42 aeronaves militares desde o início da guerra com o Irã, o maior número desde a Guerra do Golfo, em 1991, de acordo com relatório do Congresso

O Irã está reconstruindo sua capacidade militar em um ritmo mais acelerado do que o previsto pelas avaliações da inteligência dos EUA, afirmou a CNN na quinta-feira (21), com base em diversas fontes familiarizadas com relatórios oficiais.

As fontes relataram que o Irã já retomou parte da produção de drones durante o cessar-fogo de seis semanas que começou no início de abril e deram como estimativa para a recuperação total da capacidade de ataque cerca de seis meses.

De acordo com a CNN, essas fontes também consideram que o governo iraniano está trabalhando para substituir lançadores, instalações de mísseis e outras capacidades de produção danificadas ou destruídas por ataques dos EUA e de Israel.

IRÃ APRIMORA DEFESA

A análise converge para a explicação do The New York Times sobre uma motivação central do presidente Trump para ter adiado no dia 19 a retomada dos ataques ao Irã: a ponderação, pelo Pentágono, sobre os riscos da escalada, devido ao aprimoramento das defesas antiaéreas iranianas e da sua vigilância sobre as operações norte-americanas na região. Supostamente, teria sido apenas a pedido das petromonarquias.

De acordo com o depoimento de uma fonte militar ao NYT, “as táticas de voo americanas haviam se tornado previsíveis demais, permitindo que o Irã se defendesse com mais eficácia”. Ele explicou que as forças iranianas “estudaram os padrões de voo de caças e bombardeiros americanos” durante a guerra recente.

Relatório produzido pelo Congresso norte-americano, e divulgado na semana passada, registra que os EUA perderam pelo menos 42 aeronaves militares desde o início da guerra com o Irã, o maior número desde a Guerra do Golfo, em 1991.

Conforme esse relatório do Congresso, a guerra iniciada por Trump alcançou a maior taxa de aeronaves perdidas em guerras modernas, com 1,07 veículos destruídos por dia. Para efeito de comparação, o número de baixas aéreas ao longo da Guerra do Iraque (2003 a 2011) foi estimado em 0,11 perdas por dia.

Inclusive Trump conquistou a duvidosa glória de ter sido o primeiro chefe da Casa Branca sob o qual um F-35, tido como invisível ao radar e a jóia da coroa da sua força aérea, foi derrubado. As perdas na agressão ao Irã incluem um avião-radar E3-Sentry, caças F-15 e F-18, A-10 e vários aviões-tanque KC-35. Além dos principais radares estratégicos norte-americanos no Golfo Pérsico, destruídos pela implacável retaliação iraniana.

Rússia denuncia ataque de Kiev a dormitório de estudantes em Lugansk

“Um crime monstruoso. Os responsáveis por este crime devem ser punidos. Em última análise, o regime de Kiev deve ser punido”, disse o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, que acrescentou que a Ucrânia cometeu um “crime hediondo” contra “um centro educacional onde crianças e jovens se encontram”.

De acordo com Peskov, agora será necessário “tomar medidas para remover os escombros e prestar assistência àqueles que ainda estão presos sob eles”. 86 adolescentes,

entre idades de 14 a 18 anos, estavam no prédio atingido por três ondas de drones. Segundo a agência de notícias russa RIA Novosti, são 18 mortos e 60 feridos.

Maria Zakharova, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, classificou o ato como terrorismo, acusou a Ucrânia de deliberadamente fazer alvos de crianças e comparou com crimes cometidos por nazistas.

O Ministério da Defesa da Rússia, disse que foram derrubados cerca de 217 drones ucranianos pela maldrugada depois do ataque.

Líbano: Israel bombardeia cidade de Tiro para expulsar 200 mil moradores

O exército invasor israelense bombardeou na quarta-feira (27) a cidade libanesa de Tiro, menos de duas horas após ordenar, em violação ao direito internacional, o deslocamento forçado de 200.000 moradores da região e, claro, ignorando o cessar-fogo que o regime Trump diz existir. A expulsão incluiu os campos de refugiados palestinos da área.

Tiro é uma das cidades continuamente habitadas mais antigas do mundo e o bombardeio israelense causou consideráveis danos ao sítio do Patrimônio Mundial da UNESCO. “Nossas aldeias foram sistematicamente arrasadas nesses últimos meses, e agora as próprias cidades estão na mira”, denunciou o jornalista libanês Ali Hashem no X.

Ataques aéreos israelenses atingiram várias cidades, incluindo Qsaybeh, Houmine al-Fawqa, Jarjou, Haddatha, Yater, Qaaqiyat al-Jisr e Kfar Houna, além de Kfar Jouz, Mleekh e al-Luwaizeh no sul. Na região da Bekaa, aviões de guerra israelenses atacaram as terras altas de

Hrabta, bem como a área entre as colinas de Brital e al-Khraibeh. Novos ataques também foram relatados nos arredores de Hermel, no norte de Bekaa.

Segundo o correspondente da Al Mayadeen no sul do Líbano, três pessoas foram mortas na agressão israelense à cidade de Shoukine, no distrito de Nabatieh.

Na véspera, pelo menos 31 pessoas foram mortas e outras 40 ficaram feridas no Líbano devido à intensa onda de ataques aéreos e operações terrestres de Israel. Carnificina que levou o Ministério da Saúde libanês a declarar a terça-feira como um dos dias mais letais das últimas semanas. As agências de notícias reportaram 14 mortes em uma única cidade (Burj al-Shamali) e 12 fatalidades em um vilarejo no leste libanês.

Em um contexto separado, o Exército Libanês anunciou que conseguiu recuperar o corpo de um soldado morto ontem, depois que drones israelenses impediram qualquer pessoa de se aproximar dele perto da Barragem Qaraoun, no leste do Líbano.

Leia mais no site do HP

“Retalhos do Passado”: as memórias de Joaquim Pimenta

Joaquim Pimenta foi, sob muitos e inúmeros aspectos, um dos maiores homens aqui já surgidos, dos que viveram o século XX, ainda que nascido em 1886, três anos antes da Proclamação da República

CARLOS LOPES

Há uns três meses – mais ou menos – publiquei um artigo sobre Joaquim Pimenta, autor dos primeiros e primitivos esboços das leis que, bem depois, constituiriam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), decretada pelo presidente Getúlio Vargas em 1943.

Joaquim Pimenta foi, sob muitos e inúmeros aspectos, um dos maiores homens aqui já surgidos, dos que viveram o século XX, ainda que nascido em 1886, três anos antes da Proclamação da República (para o nosso artigo, ver HP 21/02/2026, Carlos Lopes, **Joaquim Pimenta, pai da CLT**; ver, também, no HP 09/03/2026, o texto da desembargadora Magda Barros Biavaschi, **O sistema público de proteção social ao trabalho na Era Vargas**).

No entanto, quando escrevemos esse artigo anterior, não conhecíamos, ainda, as memórias de Joaquim Pimenta, **Retalhos do Passado**.

Quando o autor enviou a primeira parte dessas memórias – referentes à sua vida no Ceará – a Monteiro Lobato, recebeu do amigo a seguinte carta, “datada de S. Paulo, em 6 de dezembro de 1944”:

“*Meu caro Joaquim Pimenta. Em mãos sua carta de 1º e um exemplar de ‘Retalhos do Passado’, que já comecei a ler. Que luta tremenda, que esforço foi a sua vida! Não conheço melhor ilustração do querer é poder.*

“*Os livros de memórias são os mais interessantes do ponto de vista humano, mas muitos pecam pela incapacidade de verismo do autor: falsificam-se e falsificam os fatos quase sem querer. Mas quando o autor resiste às tentações do ‘embelezamento e do arranjo’, e faz obra nua e crua, o valor é enorme, porque justamente com esses ‘documentos humanos’ é que os historiadores futuros reconstituem a verdade falseada pelo oficialismo do momento.*

“*Faço votos para que não pare no meio do caminho e nos dê as memórias de sua vida inteira, sempre com o mais absoluto respeito à pobre dama nua que mora no poço.*

“*Receba lá um grande abraço do*

“*Lobato.*”

Joaquim Pimenta lançaria depois, seguindo o pedido de Lobato, a edição completa de suas memórias, colocando a carta do escritor paulista como epígrafe, publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional em 1949 – um volume com mais de 400 páginas.

Foi essa edição com que fui, agora, apresentado pelo colega e amigo Werner Rempel – e seus companheiros de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Trata-se de um livro imprescindível para se conhecer o Brasil e, principalmente, a sua história.

Por exemplo, ouve-se muito falar na lei que obrigava as empresas, no Brasil, a que empregassem dois terços de trabalhadores nascidos aqui, decretada logo após a Revolução de 30.

Nós mesmos já escrevemos muito sobre ela.

No entanto, por que ela foi necessária? Ou seja, por que motivo o trabalhador brasileiro era marginalizado no emprego, antes de 1930?

Em uma palavra: por ra-

cismo.

Nas palavras de Joaquim Pimenta – um dos autores, provavelmente o principal, da lei dos dois terços:

“Outro problema, este em estado crônico, se não de raízes históricas e profundas, na estrutura econômica do país, era o da proteção do trabalhador nacional, com a concorrência que lhe fazia o trabalhador estrangeiro, acolhido e vivendo, no Brasil, em condições, incomparavelmente, mais favoráveis do que aquele na sua própria terra. O estrangeiro que se destinasse à lavoura, tinha uma assistência que o nosso trabalhador rural jamais desfrutara, por força de acordos internacionais entre o Brasil e o seu país de origem. Nas indústrias, o salário que percebia era ordinariamente superior ao do operário brasileiro, mesmo quando um e outro desempenhavam o mesmo serviço e com a mesma capacidade técnica ou de produção.

“Um dos motivos dessa desigualdade de salários vinha, talvez, de um preconceito contemporâneo da época colonial e que sobreviveu na mentalidade do patronato indígena, consistindo em ter pelos ‘brancos’, oriundos d’além mar, uma espécie de culto, se não de excessiva reverência a seres a que atribuíam uma superioridade de raça, de cultura, de conhecimentos, no explorar as nossas fontes de riqueza, de onde sacavam meios que lhe proporcionavam uma vida de opulência e de fausto.

“Tal preconceito perdurou por quatro séculos de nossa formação histórica, refletindo-se nas relações de trabalho, em prejuízo do operário brasileiro, tido geralmente por incapaz, por indolente, por despido de ambições e de iniciativas até em benefício próprio.

“Entretanto, havia em tudo isso, além de um grave erro de observação, uma clamorosa injustiça, porque, em resistência física, em aptidões técnicas, em espírito de disciplina e de adaptação a todo e qualquer gênero de trabalho, jamais alguém conseguiu demonstrar essa pretensa inferioridade do trabalhador nacional em comparação com o trabalhador alienígena.

“Quem quer que dirigisse uma fábrica, uma usina, uma companhia de transportes terrestres ou marítimos, uma casa de comércio, uma granja, havia de ter observado que o brasileiro, a despeito de toda a sua mestiçagem, do seu baixo nível de instrução, não perdia para o estrangeiro em inteligência e agilidade no aprender e executar o que se lhe ensinasse ou mandasse fazer.

“Inúmeros eram os exemplos de operários analfabetos ou mal sabendo assinar o nome, que se tornaram em ótimos mecânicos, em práticos de laboratórios, alguns deles capazes de manejar com a perícia de técnicos amestrados os maquinismos mais engenhosos ou complexos.

“Em Pernambuco, um mestiço quase analfabeto, depois de ter acompanhado os engenheiros americanos na instalação das primeiras usinas de açúcar, passou a ser o homem preferido para instalar quantas foram surgindo e se espalhando pelas zonas açucareiras do Estado.

“Outro, vale a pena citar-lhe o nome, Delmiro Gouveia, que de simples condutor de trem, se elevou à categoria de um dos



maiores industriais do Brasil, o primeiro a utilizar-se da cachoeira de Paulo Afonso, na eletrificação de uma fábrica de linhas, tendo, ao mesmo tempo, convertido em verdadeiro oásis uma das regiões do Nordeste mais devastadas pelas secas” (Joaquim Pimenta, **Retalhos do Passado**, A. Coelho Branco Fº, Departamento de Imprensa Nacional, 1949, p.p. 414-415).

O móvel da “lei dos dois terços” (Decreto n.º 19.482 de 12 de dezembro de 1930) foi, portanto, o combate ao racismo dentro do nosso próprio país.

Estávamos, então, quando eclodiu – e venceu – a Revolução de 30, em um país muito atrasado e muito selvagem. Aliás, havia só 42 anos que a escravidão fora abolida. Os patrões, portanto, agiam ainda como senhores de escravos.

Mesmo depois da Revolução, subsistiam selvagens, como aquela observada por Joaquim Pimenta na fábrica de tecidos de Paulista, então um distrito de Olinda dominado pelos Lundgren, os mesmos que haviam fundado as “Casas Pernambucanas”:

“Eram cerca de três mil trabalhadores em greve. (...) em todos os governos que passaram por Pernambuco, inclusive o de Dantas Barreto, não obstante o seu feito de origem democrática, Paulista nunca deixou de ser uma espécie de feudo ou feitoria de dois ou três dinamarqueses, que exploravam o trabalhador brasileiro como o senhor medieval explorava o servo da gleba ou o colono luso o índio e o negro africano. Para reprimir qualquer movimento grevista contra o salário miserável que pagavam ou contra o serviço exaustivo que exigiam, dispunham de um corpo de capangas armados de rifles, e se isto não bastasse, ainda teriam metralhadoras prontas para funcionarem e manterem o seu poder de suserania. Este estendia-se da fábrica às relações de vida privada dos operários, com privilégios e primícias, tais e quais os que desfrutavam os torvos castelões da Idade Média...”

“Aquele greve tanto era um gesto de revolta, como podia ser o desabafo de almas torturadas e deprimidas por longos anos de servidão e aviltamento” (op. cit., p.p. 412-413).

Observe o leitor que esta anotação é sobre uma greve que ocorreu **depois** da Revolução de 30, apesar da intenção do novo governo – e, principalmente, de seu principal líder, o presidente Getúlio Vargas – de, finalmente, enfrentar a questão social.

No ano anterior, 1929, Joaquim Pimenta conversara com Vargas, na época ainda candidato da Aliança Liberal, em Porto Alegre (Getúlio era governador do Rio Grande do Sul). En-

tretanto, para sua surpresa, o candidato, nessa questão – e, depois, como presidente da República – se mostrara mais avançado do que ele previa:

“Na segunda visita [a Getúlio, em Porto Alegre], abordou-se a questão social no Brasil. Comecei como que apalpando o terreno, que eu reputava delicado para atacá-lo logo de frente, dada a sua complexidade, sobretudo, em um país onde, podia dizer-se que, em matéria de direito do trabalho, continuava na retaguarda de outros, industrialmente, em plano igual e com uma população proletária numericamente inferior. Mas, diante da declaração categórica do candidato, de que seria um dos pontos essenciais do seu programa de governo ir ao encontro do operariado, proporcionando-lhe um regime de proteção dos seus interesses profissionais, fiquei mais à vontade, mais desembaraçado para manifestar-me sem reservas. Como fosse quase em vésperas de embarque para o Rio, e tendo o Dr. Getúlio Vargas me pedido que apresentasse, por escrito, o que pudesse ser objeto de uma legislação trabalhista, de Pelotas, e em papel de carta do hotel onde me hospedei apenas um dia, para realizar naquela cidade uma conferência pública, lhe enviei um pequeno plano cuja cópia, no mesmo papel, ainda guardo, porém em fragmentos, faltando partes, para ser reproduzida na íntegra. Sugeriu que fossem reformadas as poucas leis, que já tínhamos, começando pela lei sindical, que era de 1907, as de acidentes de trabalho, de férias, de cooperativas, e que se tornasse o seguro social, até então, circunscrito a caixas de aposentadorias e pensões para ferroviários e portuários, extensivo a todos os trabalhadores, sem distinção de categoria profissional, além de outras medidas não menos inadiáveis. Ainda era um programa mínimo, porque, com a minha experiência pessoal, teria de levar em conta a resistência que as ‘classes conservadoras’, e em um governo que só poderia ser ‘conservador’, naturalmente iriam opor a um plano de reformas sociais mais avançado ou mais amplo.

“Com surpresa, verifiquei que na plataforma, lida na Esplanada do Castelo, em que traçava os rumos do seu governo, se fosse eleito, o Dr. Getúlio Vargas ia além das sugestões que eu apresentei” (idem, p.p. 384-385).

Mais adiante, ele completa este retrato do presidente:

“... faltaria a um dever de consciência ou de probidade intelectual, se não proclamasse, aqui, que a obra encetada, em tão largos e seguros moldes, por Lindolfo Collor; prosseguida, sem quebra de linhas, por Salgado

Filho e Agamenon Magalhães, não teria alcançado o rápido desenvolvimento que tomou, se não contassem eles com o apoio, sem limites, sem restrições, do Presidente Getúlio Vargas. Este foi ainda além do que prometera na plataforma que leu na Esplanada do Castelo. Sinto-me à vontade e a cavaleiro para depor o que testemunhei em sete anos de serviços no Ministério, porque a ele não me prendem laços de gratidão por grandes favores ou altos postos, que os não tive e jamais pleiteei no seu governo” (ib., p.p. 424-425).

O leitor vai nos perdoar a quantidade de citações. Mas estamos resenhando um livro publicado em 1949 e praticamente sepultado, inclusive por 21 anos de ditadura e umas sete décadas de ignorância. Portanto, não seremos econômicos nas citações: quanto mais se conheça do que escreveu Joaquim Pimenta, melhor.

É, por exemplo, muito importante a sua avaliação da Revolução de 30:

“... não se pode dizer que a revolução tivesse sido um fracasso; se não correspondeu a todas as expectativas, teve sobre as nossas revoluções anteriores, que são mais episódios regionais do que revoluções propriamente ditas, a superioridade de haver despertado em todo o Brasil uma consciência coletiva, até então em estado difuso, capaz de suscitar e fortalecer nas suas populações, tão distanciadas pela extensão territorial, um sentimento de solidariedade e de ação conjunta em prol de uma causa comum.

“Se uns tantos problemas sociais, até então postos de lado, como inexistentes ou tidos por secundários, se outros que surgiram ou se agravaram, não tiveram ou não puderam ter solução imediata, ou posteriormente, outros entraram para o terreno das realizações prontas e eficazes. Quero referir-me aos que se entrelaçavam com as condições de existência das classes trabalhadoras; condições de abandono, de insegurança, de miserabilidade econômica e de desprestígio social; juridicamente à margem da sociedade e do Estado, como se nada representassem nos destinos de uma nação que, só pelo trabalho das suas massas proletárias, racionalmente conduzido e amparado, poderá desfazer ou consideravelmente reduzir o contraste de viver em um território riquíssimo, com uma população, na sua grande maioria, material e intelectualmente paupérrima.

“Nesta parte, a Revolução compensou as aspirações, os esforços, os sacrifícios dos que, como eu e outros, aliás, em número mui reduzido, lhe pres-

Em 1943, Getúlio Vargas anuncia a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

taram serviços, menos preocupados com o seu aspecto político-partidário, do que atentos em que ela viesse contribuir para o advento, no Brasil, de um direito, antes, só arrancado por dosagens mínimas e a golpe de reivindicações, ou apenas esboçado em quatro ou cinco leis, a sindical, de mais de vinte anos, ou de 1907, as de acidentes de trabalho, de férias, de previdência para ferroviários e portuários, um capítulo do ‘Código de Menores’, leis obsoletas, falhas, sem fiscalização, postas à margem ou burladas, ostensiva e impunemente, pelas classes patronais.

“Basta, como veremos depois, considerar que, em três anos de governo provisório, atingimos, nos domínios do Direito do Trabalho, o mesmo nível de legislação de qualquer dos países europeus ou americanos, culturalmente mais avançados ou mais antigos do que o Brasil. O fato é tanto mais digno de apreço, porque, até 1930, como se vê pelas leis trabalhistas a que acima me referi, estávamos nós em humilhante posto de retaguarda, ao lado, se não abaixo de nações que não ofereciam o mesmo nível de progresso industrial, nem tão pouco as condições materiais de existência de que já dispunha o povo brasileiro.

“Se é verdade que não tínhamos uma ‘luta de classes’, com os seus aspectos e episódios sombrios, travando-se e culminando, nos grandes centros obreiros, por greves colossais, também não se podia dizer que não existisse, no Brasil, ‘uma questão social’, ou como se atribuiu ao Dr. Washington Luís, que fosse apenas ‘uma questão de polícia’. Ao contrário, não era de harmonia, de concórdia, o ambiente das nossas fábricas e usinas; desinteligências, dissensões, atritos denunciavam, ali, o mesmo fenômeno universal – de uma profunda desigualdade econômica e consequente choque de interesses, entre empregados e empregadores, dos quais o Estado só tomava conhecimento quando explodiam em conflitos, e para os reprimir, ou, antes, para mais os estimular e predispor, com o uso arbitrário da força, a novas e irrefreáveis explosões. E era esse panorama social, com paisagens de senzala, que nós, velhos propugnadores de um regime igualitário de juridicidade para o operariado, esperávamos que o Ministério do Trabalho, logo criado e denominado o ‘Ministério da Revolução’, se, de todo lhe não conseguisse quebrar e refundir o sólido arcabouço, ao menos lhe abrandasse os duros e ásperos contornos...” (idem, p.p. 410-411).

Pimenta sabia o que era escravidão, apesar de haver nascido apenas dois anos antes de sua abolição oficial. Mas ele estava, no tempo, mais próximo dela do que nós estamos hoje em dia. Era com a escravidão, portanto, que ele comparava – na verdade, identificava – as relações trabalhistas da República Velha:

“... o que existia era um regime de trabalho não muito distante do que era compreendido pelos senhores de escravos. Para a maioria dos proprietários de empresa, esta pouco diferia da antiga senzala, dado o espírito colonial e autoritário com que aqueles encaravam o trabalhador ao qual, uma vez pago o salário que eles mesmos estipulavam, só lhe atribuíam obrigações, e nenhum direito a reclamar. Pleitear, discutir a possibilidade de uma remuneração maior, de uma redução de horário de serviço, para citar somente o que havia de mais elementar em qualquer país industrial do mundo, era o bastante para despedir, por ato de indisciplina, quem a tanto se atrevesse.

Continua no site